



Universiteit
Leiden
The Netherlands

Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)

Xavier, L.F.W.

Citation

Xavier, L. F. W. (2018, October 30). *Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)*. Retrieved from <https://hdl.handle.net/1887/66712>

Version: Not Applicable (or Unknown)

License: [Licence agreement concerning inclusion of doctoral thesis in the Institutional Repository of the University of Leiden](#)

Downloaded from: <https://hdl.handle.net/1887/66712>

Note: To cite this publication please use the final published version (if applicable).

Cover Page



Universiteit Leiden



The handle <http://hdl.handle.net/1887/66712> holds various files of this Leiden University dissertation.

Author: Xavier, L.F.W.

Title: Sociabilidade do Brasil Neerlandês (1630 - 1654)

Issue Date: 2018-10-30

3. “A felicidade desse Estado [depende do] livre comércio”: trocas materiais¹

“het eijnde ende wit, daertoe alle dese costen ende moijten (...) sijn gediregeert [tot] (...) aenwasch van negotie, bevolkering van die landen, aentelinge van bestiael, ende t'geene meer tot des Comps. besten aldaer mocht gepractiseert werden”.²

O capítulo precedente analisou a sociedade da Nova Holanda, descrevendo sua formação e a maneira como era percebida pelos contemporâneos neerlandeses, para então tratar das interações entre as diferentes culturas europeias ali presentes, demonstrando que, no contexto colonial, muitas vezes a religião e a naturalidade eram acomodadas, com o objetivo de funcionar na sociedade.

Mas não havia somente relacionamento social entre os colonos. Este capítulo é um estudo de relações econômicas que aconteciam nas lojas, feiras, leilões públicos de mercadorias, escravos e até mesmo em casas particulares, procurando-se identificar regularidades e mecanismos que permitiram a sobrevivência material, bem como a melhora da situação econômica, a partir da experiência do comerciante Johan van Rasenberg.³

Não se pode deixar de mencionar que, por volta de 1630, Mathias Albuquerque, general da resistência portuguesa, a partir de 1630, e Diederick van Waerdenburch, comandante das forças da WIC, entendiam a importância

1. Para a citação, NL-HaNa_SG 1.01.02, inv. nr. 12564.6, doc. 27.

2. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, 08-09-1634.

3. Fernand Braudel, *Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV – XVIII*. São Paulo: Martins Fontes, 1996 [1979]. vol. 2, Os jogos das trocas, p. 7. Para uma análise da economia da Nova Holanda, ver os seguintes trabalhos: Herman Wätjen, no trabalho já citado, dedica um capítulo inteiro sobre a economia da Nova Holanda. Em francês, temos, F. J. L. Souty. “Le Brésil Neerlandais, 1624–1654: Une tentative de projection conjoncturelle de longue durée à partir de données de courte terme”. In: *Revue D'Histoire Moderne et contemporaine* 1988, 35, pp. 182 – 239. A historiografia sobre o tráfico negreiro neerlandês é extensa, menciona-se aqui o trabalho magistral de P. C. Emmer, *De Nederlandse slavenhandel 1500 – 1850*. Amsterdam/Antwerpen: De Arbeiderspers, 2000; Filipa Ribeiro da Silva, *Dutch and Portuguese in Western Africa Empires, Merchants and the Atlantic System, 1580 – 1674*. Leiden/Boston: 2011; Evaldo Cabral de Mello demonstra como a economia açucareira foi usada para sustentar a guerra. Evaldo Cabral de Mello, *Olinda Restaurada. Guerra e açúcar no Nordeste, 1630 - 1654*. São Paulo: Ed. 34, 2007 [1975].

de relações econômicas de maneira oposta. Por um lado, uma das medidas defensivas de Albuquerque foi queimar cerca de 15 mil caixas de açúcar, para que o inimigo não tivesse ganho algum. Além disso, era sua preocupação “vedar o comércio que o inimigo em suas saídas tentasse fazer com os moradores, porque se se efetuasse, ficava a defesa impraticável”.⁴ Em 20 de abril de 1632, Duarte Coelho conclui que o general Mathias de Albuquerque procurou sempre evitar o comércio com os neerlandeses, pois, “se tal coisa acontecesse, não lhe era possível de maneira alguma conservar o campo nem sustentar a guerra”.⁵ Por outro lado, já logo nas primeiras cartas escritas para Recife, os Diretores XIX chamam a atenção para se tentar estabelecer o comércio com os moradores e com isso atraí-los para o lado neerlandês.⁶ Em 1633, dois anos após a ocupação, os Diretores Delegados Mathias van Ceulen e Gijsseling relatam a certeza de que, tão logo os portugueses experimentassem o comércio com os holandeses, desejariam continuar a fazê-lo.⁷ Posteriormente, em 1637, a Câmara de Olinda apresentou uma representação aos Diretores XIX, defendendo a abertura do comércio a particulares e alegando, entre outras razões, que, durante a conquista, fora prometida aos colonos liberdade de comércio irrestrita sendo que, sem isso, não haveria motivo para os portugueses se manterem fiéis aos neerlandeses.⁸

O objetivo deste capítulo, assim, é analisar as interações econômicas entre neerlandeses e portugueses, a partir da experiência do comerciante Johan van Rasenberg. Parte de sua correspondência, principalmente com a Câmara da Zeelândia, chegou até os dias de hoje e classificá-la não é fácil. Aparentemente tratam-se de cartas oficiais, ou seja, a correspondência entre um agente comercial e seus empregadores nas Províncias Unidas. Contudo, a

4. Duarte de Albuquerque Coelho. *Memórias diárias da Guerra do Brasil, 1630 — 1638*. Recife: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982 [1654], p. 64.

5. Duarte Albuquerque Coelho, *Memórias diárias*, p. 123.

6. Ver por exemplo, NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8. Paulus van Serooskercken, conselheiro político, afirma, em 11 de junho de 1636, que a WIC deveria repensar o envolvimento dos portugueses no comércio, pois “nunca haveria certeza ou confiança sobre o estado da terra enquanto estiverem aqui, sobretudo sem que boa parte dos principais da terra tenham sido transportados para fora daqui”. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 51, doc. 62, 11-06-1636. Essa falta de confiança será tratada mais adiante, neste capítulo.

7. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, 08-07-1633.

8. NL-HaNa_SG 1.01.02, inv. nr. 12564.6, doc. 27, 4-12-1637. Para uma descrição do conteúdo ver Marianne Wiesebron, *Brazilië in de Nederlandse archieven O Brasil em arquivos neerlandeses (1624 – 1654)*. Leiden: CNWS, 2008, vol. 3, pp. 208 – 209.

leitura das mesmas nos revela não só um retrato dos negócios no Recife, mas também, ainda que de forma difusa, apresenta informações preciosas sobre a reação de Rasenberg a muitas das práticas econômicas correntes na Nova Holanda, junto a sua resposta ao comportamento de seus contemporâneos, sejam eles neerlandeses ou portugueses. Na ausência de uma terminologia específica, cria-se o termo *ego-oficial*, isto é, um tipo de documentação entre o egodocumento, ou documento pessoal, e o documento oficial. Somado a essa documentação, encontramos o nome de Rasenberg, nas Atas Diárias, em diferentes datas, sempre relacionado ao recebimento de pagamento por parte da WIC, como, por exemplo, em 30 de setembro de 1644, data em que enviara um carregamento (sem discriminação de seu conteúdo) para Angola, tendo recebido do tesoureiro, no Recife, 538 florins, após os descontos dos impostos do açúcar que embarcara no navio *Tempel Salomons*.⁹

Primeiro trataremos de Rasenberg, quem era, com quem se relacionou e de quais atividades econômicas participava. Johan estava envolvido em quase todos os tipos de negócios na colônia, menos com o comércio de pau-brasil e o de escravos. Em seguida, trataremos de quem estava envolvido nos diferentes negócios coloniais e de que forma. Antes de tudo, abordaremos o crédito, pois toda a empresa colonial foi, desde os seus primórdios, sustentada pelo fornecimento de crédito. Em seguida, analisaremos a extração do pau-brasil, primeiro produto de exportação da América Portuguesa. A terceira sessão investiga os negócios do açúcar, o produto por excelência da América Portuguesa. Outro pilar da economia colonial foi o comércio de escravos, analisado na quarta parte. Por fim, trataremos dos negócios cotidianos da colônia, inclusive de leilões públicos.

3.1 Johan van Rasenberg

Os dados coletados apresentaram pouquíssimas informações biográficas sobre Rasenberg. Sabemos apenas que, no início de 1643, deixou Middelburg no navio *Engel Gabriel*, com destino ao Recife, onde chegou em 16 de maio do mesmo ano. Antes de partir para o Brasil, era funcionário no escritório da Câmara da Zeelândia. Durante sua viagem, comia e dormia na cabine do navio, o que revela sua importância. Receberia na Nova Holanda um salário de 75 florins ao mês, mais ajuda de custo mensal de 25 florins. Por ser jovem (sua idade não é mencionada), os diretores da Câmara da Zeelândia pedem ao

9. DN, 30 de setembro de 1644.

Alto Conselheiro Adriaen van Bullestrate que o oriente, para que ele não se comporte como é comum aos jovens se comportarem.¹⁰

Em sua correspondência, Rasenberg menciona interações, diretas ou indiretas, com quarenta e oito pessoas sendo que, em algumas passagens de suas cartas, ele explicita a natureza de seu relacionamento com uma ou outra pessoa, como o francês Guillaume van de Plante, fornecedor de farinha, descrito como falso, pois não enviara a mercadoria como deveria.¹¹ O relacionamento com os Bullestrate, Adriaen, o pai e Joost, seu filho, é o que está melhor registrado. O trato com eles não era amigável e muito menos de confiança, a ponto de Rasenberg escrever reiteradas vezes aos Diretores da Câmara da Zeelândia, pedindo que o desobrigasse da tutela de Adriaen Bullestrate e nomeassem Luis Heijns como seu tutor.¹² Com esse segundo, explica que se relacionava muito melhor, sobretudo porque Heijns conhecia os negócios dos portugueses muito bem, enquanto os Bullestrate só pensavam em si próprios.

A tabela 1, abaixo, apresenta a relação desses nomes. Com os dados coletados nos diferentes documentos redigidos por Rasenberg, foi elaborado o sociograma abaixo, para ilustrar o relacionamento deste com as pessoas mencionadas em sua correspondência. O número 1 refere-se a Johan van Rasenberg e o número dois a Adriaen van Bullestrate. Aqueles que estão ligados somente a Adriaen van Bullestrate foram descritos por Rasenberg da seguinte maneira: “o senhor Bullestrate tendo conversado com A, informou-me...”, ou seja, não houve interação de Rasenberg com essas pessoas. Havia também aqueles que interagiam tanto com Rasenberg quanto com Bullestrate, e também entre elas, como é o caso de Nicolaes Verdior, Joost van Bullestrate, Pedro Lopes de Vera, Gaspar Francisco da Costa e Gaspar van Heusden. Por fim, ressalta-se que os dados relativos a Bullestrate não são exaustivos, uma vez que, no exercício de suas funções no governo da colônia, certamente relacionou-se com muito mais pessoas do que representado abaixo.

Algumas pessoas com as quais Johan interagira eram grandes comerciantes, possuindo carta de negócios diversificada, como Gaspar Francisco da Costa.¹³

10. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, 82, [1643].

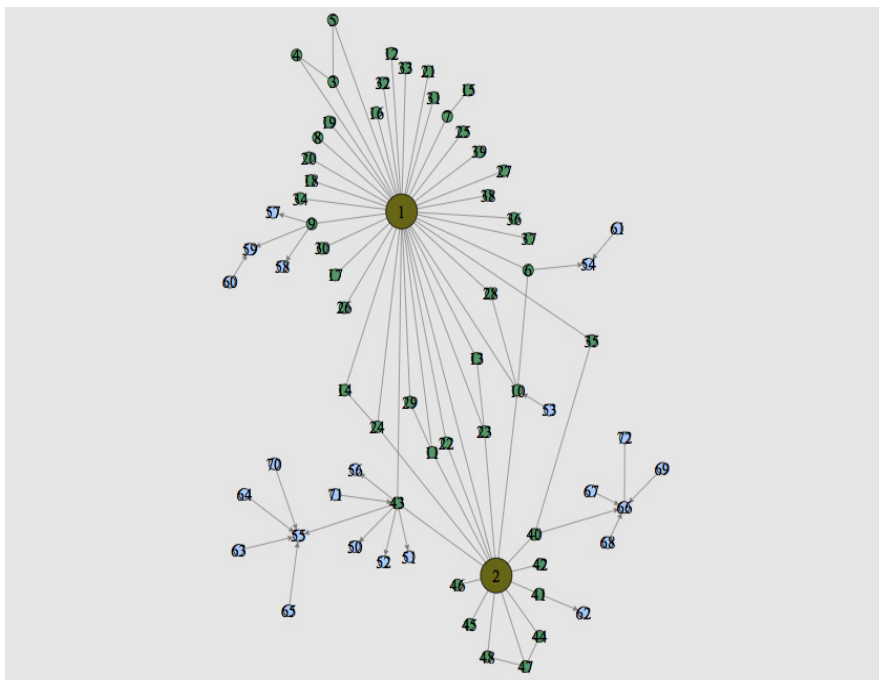
11. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 50, 23-06-1643.

12. Não se localizou referência biográfica sobre Louijs Heijns. Em 1663, estava ainda no Brasil. Cornelis J. Wasch, “Braziliaansche pretensiën”. In: *De Nederlandsche Leeuw* 8 (1887) pp. 75 – 77. Para a citação, p. 75. Disponível em <http://www.knngw.nl/raadplegen/de-nederlandsche-leeuw/1887-5/83/> (acessado em 14 de março de 2017)

13. Para Gaspar Francisco da Costa, Cf.: José Antônio Gonsalves de Mello, *Gente da Nação*

Para ilustrar a importância dessas pessoas, acrescentaram-se alguns nomes, aqui representados em azul, ainda que não tenham sido mencionados por Rasenberg.

Figura 3: Sociograma Johan van Rasenberg



Fonte: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, **inv. nr. 54**, doc. 44, [1639]; doc. 46, [1639]; doc. 54, [1639]; **inv. nr. 55**, doc. 124, [1640]; **inv. nr. 58**, doc. 35, 3-03-1643; doc. 47, 14-07-1643; doc. 48, 17-06-1643; doc. 49, 23-06-1643, doc. 50, 23-06-1643; doc. 52, 5-04-1643; doc. 53, 4-08-1643; doc. 54, 30-08-1643; doc. 69, 28-10-1643; doc. 72, 14-07-1643; doc. 74, 23-07-1643; doc. 75, 5-04-1643; doc. 77, 23-07-1643; doc. 78, 23-07-1643, doc. 79, 18-09-1643; doc. 80, 4-08-1643; doc. 81, [1643]; doc. 87, [1643]; doc. 88, [1643]; doc. 102, 9-11-1643; doc. 103, 14-11-1643; doc. 117, 2-06-1643; doc. 125, 12-06-1643; doc. 126, 12-06-1643; doc. 128, 12-06-1643; doc. 130, 2-06-1643; doc. 131, 2-06-1643; doc. 172, 11-12-1643; 173, 29-12-1643; doc. 174, 28-12-1643; doc. 177, 6-01-1644; doc. 179, 11-01-1644; doc. 190, 14-11-1643; doc. 191, 28-12-1643; doc. 192, 29-12-1643; doc. 193, 11-01-1644; **inv. nr. 59**, doc. 27, 25-02-1644; doc. 34, 2-10-1644; doc. 80, 25-07-1644; doc. 86, 25-07-1644; doc. 108, 16-05-1644; doc. 114, 24-04-1644; doc. 115, 16-05-1644; doc. 150, 16-05-1644; **inv. nr. 60**, doc. 31, 24-03-1644; doc. 32, 24-03-1645; doc. 43, 26-03-1645; doc. 44, 27-03-1645; doc. 102, 27-06-1645; doc. 126, 2-08-1645; doc.

188, 15-09-1645; doc. 217, [1645]; **inv. nr. 61**, doc. 26, 28-02-1646; doc. 40, 10-12-1645; doc. 41, 11-12-1645; **inv. nr. 62**, doc. 24, 18-04-1646; doc. 65, 22-06-1647.

Tabela 1: Relação das interações de Johan van Rasenberg.

| | |
|---|---|
| 1. Johan van Rasenberg | 19. Viúva Bacqueman |
| 2. Adriaen van Bullestrate | 20. Gabriel Jacobssen |
| 3. George Everard Manricque, notário | 21. Joris Janssen |
| 4. Jan Cornelissen Teerlingh van der Veere | 22. Antonio Ferreira |
| 5. Jacques van Ouziel | 23. Joost van Bullestrate |
| 6. Louijs Heins | 24. Thomas Wallis |
| 7. Lucas Pol | 25. Jacob Bisschop |
| 8. Hendrick Hamel | 26. Maerten Eleman |
| 9. Gabriel Castanho | 27. Johannes Morris |
| 10. Abraham Trouwers | 28. Jan Morris, sobrinho de A. Trouwers |
| 11. Paulos Mazuer | 29. Thomas Morris |
| 12. Henry Goddeijn | 30. Jan Stockius |
| 13. Nicolaes Verdior | 31. Aarnoult Celon |
| 14. Daniel d'Outerleau, notário | 32. Jan van der Dussen |
| 15. Frans Pietersen | 33. Jan Runtvlesch |
| 16. Guilliamme van der Platen | 34. Abraham Aboab |
| 17. François Sweerts | 35. Abraham Martsen |
| 18. Adriaen Lems | 36. Hans vander Goes |
| 37. Gerrit ter Beeck | 43. Gaspar Francisco da Costa |
| 38. Hans Leendersen le Bruijn | 44. Pedro Lopes de Vera |
| 39. Jean Aragon | 45. Gaspar Dias Ferreira |
| 40. Duarte Saraiva | 46. Matheus Francisco Ferreira |
| 41. Samuel Halters | 47. Gaspar van Heusden |
| 42. Van de Poorten, sobrinho de A. van Bullestrate. | 48. Mathias Beck |

Fonte: Ver acima.

Foram acrescentadas as seguintes pessoas, não mencionadas na documentação de Rasenberg: 50. Catharina de Albuquerque, 51. João Tenório de Molina, 52. Jacob Senior, 53. Lucas de Keijzer, 54. Johannes Heijnsius, 55. Antonio Francisco de Crasto, 56. Alphonso Dias Pimentel, 57. Antonio Fernando Teles, 58. Jacob Drago, 59. Jacob Barsilaj, 60. Davidt Judá Leão, 61. Bernardt Bolonge, 62. Hendrick Bruijn, 63. Jan de Torres, 64. Simão Drago, 65. Jan de Peres, 66. Isaak Coronel, 67. João de Mendonça Furtado, 68. Joseph Francês, 69. Moses Senior, 70. João Fernandes Vieira, 71. Manuel Fernandes Cruz, senhor do engenho Tapacurá, 72. Isaak da Costa.

Os manuscritos indicam que o contato de Rasenberg com os portugueses parece ter sido indireto, através de mediadores neerlandeses, como Gaspar van Heusden, que era feitor de Pedro Lopes de Vera ou Luis Heijns¹⁴. Embora Rasenberg registre esses contatos indiretos com portugueses, estes são representados sempre como traidores e falsos, não merecendo crédito algum e devendo ser expulsos da colônia no menor tempo possível. Essa desconfiança não se dá em termos religiosos, por serem católicos, mas sim, por não cumprirem a lei, não pagarem suas dívidas e não manterem a palavra empenhada.¹⁵ Essa falta de confiança é, para Rasenberg, uma das razões para o pouco volume do comércio com esse grupo.¹⁶

A desconfiança em relação aos portugueses não era uma opinião exclusiva desse comerciante. Em carta de 28 de março de 1637, os conselheiros políticos Mathias van Ceulen e Adriaen van der Dussen escrevem aos Diretores XIX que os “moradores portugueses que habitam aqui e ali no interior, nos são desconhecidos, na sua maioria querem o nosso mal e não são confiáveis, não fornecemos crédito facilmente a eles”.¹⁷ O conselheiro político Paulus van

14. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 128, 12-06-1643.

15. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 191, 28-12-1643. Rasenberg chega a escrever que seu coração quase se parte, cada vez que precisa pedir orientação a Adriaen van Bullestrate. Já em carta de 20 de agosto de 1643, registra que Adriaen Bullestrate fazia questão de desqualificá-lo perante os outros comerciantes do Recife. Para isso, ver: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 54, 30-08-1643. O próprio Rasenberg conclui que, por representar a Câmara da Zeelândia, não era bem quisto entre os comerciantes.

16. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 126, 12-06-1643.

17. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637. Na citação em destaque, no original emprega-se a palavra “gaerne” que significa literalmente “de boa vontade”. Nessa mesma carta, um pouco antes da citação no texto, há uma passagem que

Serooskerke tinha uma visão semelhante, embora sublinhasse que, para os portugueses, a religião católica, a família, a ambição pessoal e o rei da Espanha tinham prioridade sobre todo o resto; logo, não eram confiáveis e não se deviam fazer negócios com eles.¹⁸

Ao analisar os escritos de alguns oficiais militares do exército da WIC, Michiel van Groesen conclui que o medo da traição dos portugueses era um tema comum, destacando que ao menos um desses relatos, o de Mathus van den Broeck, foi publicado com o intuito de alertar os neerlandeses dos vícios portugueses, principalmente sua falsidade.¹⁹ Não se pode deixar de mencionar que a traição dos portugueses era um tema recorrente na documentação neerlandesa como um todo, e que incomodava imenso ao governo da colônia e a atores históricos, como Johan van Rasenberg e ao conselheiro Mathias van Ceulen, este último também analisado por Groesen.

Essa atitude ambivalente em relação aos portugueses é fácil de compreender. A população de origem lusitana excedia muito a neerlandesa; logo, não houve

reza onder desen [de portugezen] trouwe maer ons altijt ontrouwe portugesen beschuttinge altijt bedecktelijck.

18. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 51, doc. 62, 11 de junho de 1636. Anos mais tarde, o Alto Conselho volta a expressar que os moradores portugueses não são confiáveis, e, “nessa ocasião, ainda menos, pois o preço do açúcar estava muito baixo e seus custos muito altos e, por isso, não conseguem pagar suas dívidas”. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 58, 26-07-1644. Ou seja, não são confiáveis pois não pagam suas dívidas. Ainda nesse mesmo documento, o Alto Conselho expressa sua preocupação com o estado miserável da colônia e conclui: “devido à carência de todo tipo de necessidades, facilmente resolverão por se levantar contra esse governo”. Esse tema volta à tona em 1642, cf. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 76, Extrato das Resoluções Secretas, 30 de setembro de 1642. Já em 1639, o governo da colônia informa aos Diretores XIX que a falta de numerário e o desabastecimento da colônia são péssimos para a reputação dos neerlandeses, *ipsis verbis*: “que reputação o nosso estado deve ter, considerando-se os envios sóbrios que chegam da Pátria-mãe, e que estamos tão apertados que somos forçados a pagar os moradores somente com notas de crédito e para as quais não conseguem obter numerário quando as apresentam no caixa (...) mas eles nos consideram pessoas de duas palavras, pois prometemos trocar as notas por dinheiro, o que não acontece por aqui”. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 55, doc. 1, 2-03-1639.
19. Michiel van Groesen, “Officers of the West India Company, their networks, and their personal memories of Dutch Brazil”. In: Siegfried Huigen, Jan L. de Jong e Elmer Kolfin (ed.), *The Dutch trading companies as knowledge networks*. Leiden: Brill, 2010, pp. 39 – 58. Para a citação, p. 47.

outra alternativa para os neerlandeses a não ser comercializar com eles, já que onde não havia portugueses, não havia negócios.²⁰

Um dos muitos negócios que se faziam com os lusitanos era o comércio, que “significa e significava dinheiro disponível e acesso ao crédito, sendo este último ainda mais premente do que ter numerário a mão”.²¹ A empresa colonial, desde seus primórdios, no final do século XIV, sempre dependeu da disponibilidade de crédito, já desde a primeira viagem de Cristovão Colombo, financiada não só pela Coroa Espanhola, mas também por banqueiros italianos.²² A relação entre o crédito e a colonização do Brasil não será abordada aqui em sua totalidade. Assinalaremos apenas que havia fontes de crédito estrangeiras, sendo uma destas neerlandesa, além das portuguesas.²³ Consigna-se que, de modo geral, havia duas formas de fornecer crédito: uma bilateral, isto é, “os contratos eram realizados entre as duas partes de uma forma directa” e a outra, a mediada, quanto uma terceira parte desempenhava a função de intermediário, sendo o notário o intermediário mais frequente.²⁴ Qualquer que fosse a forma, bilateral ou mediada, agentes neerlandeses eram fornecedores de crédito para negócios com o Brasil, muito antes de 1630, como Nicolas du Gardijn, comerciante em Amsterdam.²⁵ Em termos

-
20. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637. A citação no original reza *de wáge [in Itamaraca] is aldaer tot nochtot niet weerdt, alsoo daer geen handel noch verkeering van portugesen is*. O que é surpreendente pois já em 1632, muitas pessoas receberam aí terras para cultivar, como se mencionou no capítulo anterior. Para a citação “sem portugueses não há negócios”, ver: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637.
21. Filipe Themudo Barata, “Negócios e crédito: complexidade e flexibilidade das práticas creditícias (século XV)”. In: *Análise Social*, 1996, XXXI (136 – 137), pp. 683 – 709. Para a citação, p. 683 e Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 204.
22. Frédéric Mauro, *A expansão Europeia*. Lisboa: Editorial Estampa, 1995 [1964], p. 49.
23. Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations*, p. 204.
24. Maria Manuela Rocha, “Crédito privado em Lisboa numa perspectiva comparada (séculos XVII – XIX)”. In: *Análise Social*, 1998, XXXIII (145), pp. 91 – 115. Para a citação, p. 105.
25. Christopher Ebert, “Dutch Trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587 – 1621”. In: Johannes Postma & Victor Enthoven (eds.), *Riches from Atlantic commerce: Dutch transatlantic trade and shipping, 1585 - 1817*. Leiden: Brill, 2003, pp. 49 – 75. Para a citação, p. 68. Ver também Cátia Antunes, *Lisboa e Amesterdão, 1640 – 1705. Um caso de Globalização na História Moderna*. Lisboa: Livros Horizonte, 2009, especialmente páginas 125 – 129 e Leonor Freire Costa, *O Transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580 – 1663)*. vol I. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimentos Portugueses, 2002, pp. 227 – 235.

culturais, no início de século dezessete, o crédito era “*a public means of social communication and circulating judgement about the value of other members of communities*”; logo, ter crédito era ter boa reputação e ser confiável, sendo a confiança uma das formas de criar e manter vínculos sociais.²⁶

3.2 Crédito

Johan van Rasenberg, assim como a WIC, era fornecedor de crédito tanto para portugueses, quanto para neerlandeses. No caso de Rasenberg, este dificilmente conseguia receber de seus devedores, como foi o caso de Gabriel Castanho. Castanho e outros judeus portugueses tinham dívidas com Johan van Rasenberg, embora este não enumere o teor e o valor das mesmas. Quando tentou executar tais dívidas, foi impedido por Adriaen Bullestrate e conclui que “os judeus recebem mais preferências do que os neerlandeses”.²⁷ Embora a atitude deste último tenha causado espécie em Rosenberg, nas Províncias Unidas, quando havia disputas entre portugueses e as autoridades, estas estavam preparadas para favorecer os lusitanos.²⁸ Apesar de ser uma disputa entre particulares, em 1646, o levante dos moradores já era uma realidade, e mostrar que a Companhia favorecia a eles, em detrimento dos neerlandeses, pode ter sido uma tentativa de esfriar os ânimos e, ao mesmo tempo, salientar a lealdade dos neerlandeses para com os portugueses.

A WIC vivia a mesma situação. Desde o início da ocupação, a falta de numerário foi uma constante no Brasil neerlandês, o que levou ao aumento da circulação de crédito, com e sem colaterais, ao uso de mercadorias como meio de pagamento e ao desabastecimento da colônia. Sendo o açúcar o meio de pagamento mais utilizado na Nova Holanda, a liquidação de dívidas acontecia ou não, de acordo com a safra; se essa fosse favorável, havia satisfação, caso contrário, não. Ao menos uma vez, os escabinos da Paraíba escreveram para o governador geral, pedindo prolongamento do prazo de pagamento, pois a safra fora ruim e se o governo persistisse, a região ficaria arruinada.²⁹

26. Craig Muldrew, *The economy of obligation: the culture of credit and social relations in Early Modern England*. London: Macmillan Press, 1998. Para a citação, pp. 2 e 6.

27. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 61, doc. 26, 28 de fevereiro de 1646.

28. Oscar Gelderblom, “De economische en juridische positie van buitenlandse kooplieden in Amsterdam in de zestiende en zeventiende eeuw”. In: L. Lucassen, (ed.), *Amsterdammer worden Migranten, hun organisaties en inburgering, 1600 – 2000*. Amsterdam: Vossiuspers, 2004, pp. 167 – 185. Para a citação, p. 171.

29. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 57, doc. 61, [1642].

Os manuscritos revelam diferentes exemplos de pessoas incapazes de satisfazer seus credores. No Arquivo da Casa Real, há uma convocatória em português para uma pessoa não nomeada comparecer ao Recife e renegociar mais uma vez suas dívidas e o pagamento da mesma, já que não fazia os pagamentos regularmente.³⁰ Um caso exemplar era o de Hans Leendersten le Bruijn.³¹ Até o momento de elaboração deste texto, não se localizou informação biográfica sobre ele, apenas que talvez tenha chegado ao Recife em 1639.³² Em 3 de novembro de 1642, juntamente com outros comerciantes, Le Bruijn pede ao Governador Geral e ao Alto Conselho que prolonguem o pagamento de suas dívidas com a Companhia, pois não recebiam de seus devedores; portanto, não adiantava serem molestados pelo tesoureiro, pois não dispunham de meios para saldar suas dívidas e, caso a WIC insistisse em executar as mesmas, causaria ainda mais confusão e ruína.³³ Em 1644, Le Bruijn está endividado, sem condições de satisfazer seus credores portugueses, Duarte Saraiva, Isack da Costa e Mordachaj Abendana, além dos neerlandeses

-
30. KHA-A4-1454-f.160, sem data. Também presente ai “Carta em Português do fabricante de açúcar Duarte Gomes da Silveira a Maurício, Conde de Nassau. Pede clemência com relação ao pagamento de suas pesadíssimas dívidas”. KHA-A4-1454-f.347, 8-11-1643.
 31. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 18, [1644]. O documento contém a listagem completa dos credores de Hans Leendertsen. Em 30 de junho de 1641, Le Bruijn recebeu pagamento em dinheiro pela venda de papel para o Alto Conselho, DN, 30 de junho de 1641. Em 5 de dezembro forneceu cerveja e amêndoas, em DN, 31 de dezembro de 1641.
 32. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 60, [1644]. Nesse documento consta que alguns dos signatários viviam no Recife há pelo menos 4 ou 6 anos, sem especificação de quem.
 33. DN, 3 de novembro de 1642. Além de Hans Leendertsen le Bruijn, assinam: Albert Warnsingh, Hans van der Goes, Abraham Francisco Cabeljau, Cornelis van der Venne, Marten van den Hart, Hendrick Haecx, Jacob Coets, Hendrick Hamel de Jonge, Gillis Croll, Lucas de Keijser, Jacques van Daele, Abraham de Vries, Jan de Flijnes, Jacob Valcsz, Antonio de With, Samuel van Gansepoel, Steven Galliard, Cornelis Maij, Gaspar van Heusden, Nicolaes Verdion, Joost van Bullestrate, Jacob van der Helft, Nicolaes Aertz, Daniel van Steenwinckel e Gullian Jeheu, Willem van Tongeren, Isaack Graswinckel, Gilles van Luffel, Frans Bruijn, Maerten Eleman, Jacob Pauwelsz, Mathias Beck, N. Hack, David Nicolaij, Laurens Cornelisz de Jonge, M. Dirksz, Frederick Vijebergen, Joris van der Gijssen, Anthonij d’Engremont, e Isaack Ijpelaer. Cabe ressaltar que muitos desses nomes aparecem em diferentes listagens de envio de açúcar para as Províncias Unidas, sendo que Lucas de Keijser foi um dos que mais embarcou açúcar, para se ter uma dimensão dos negócios no qual estava envolvido. Para Lucas de Keijser ver os seguintes documentos: OWIC, inv. 54, docs. 45, 46, 47 e 54, inv. 56, doc. 164C e inv. 57, doc. 6 para dar somente alguns exemplos.

Nicolaes Verdion e Joost van Bullestrate, todos estes citados por Rasenberg em sua correspondência com a Câmara da Zeelândia. Le Bruijn era caixeiro (*inlants negotiant*) e realizava muitas vendas a crédito.³⁴ As safras ruins tornavam o pagamento de dívidas moroso e o levante dos portugueses pôs fim a esses pagamentos. Isso levou Le Bruijn e outros caixeiros à ruína, pois não tinham como satisfazer suas próprias dívidas e nem seus representantes em “Amsterdã, Antuérpia e Londres”.³⁵

O caso mais conhecido na literatura é o de George Homem Pinto, considerado o maior devedor da WIC. Pinto era proprietário de cinco engenhos na Paraíba e um engenho em Itamaracá.³⁶ Senhor de seis engenhos, Homem Pinto tinha problemas de liquidez mesmo antes da chegada dos neerlandeses, pois, em 2 de julho de 1626, ofereceu uma garantia real, o engenho Santo André, em um empréstimo a Gaspar Dias Ferreira. Após 1630, continuou contraindo dívidas e, no início de 1642, era insolvente. Por isso, em 5 de maio de 1642, pede que a Companhia compre suas dívidas para poder pagá-las com calma, pois seus credores o importunavam, cobrando pagamentos.³⁷ Homem Pinto, como muitos outros portugueses residentes na Nova Holanda, serviam-se de dois sistemas de crédito díspares, não interligados. Antes de 1630, usavam o sistema português e, após 1630, o neerlandês, seja de credores particulares,

34. Caixeiro ou caixeiro é um funcionário do comércio. Havia os caixeiros ambulantes, aqueles que levavam suas mercadorias para o interior e havia os caixeiros assentados, aqueles que possuíam seus estabelecimentos em cidades ou vilas.

35. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 60, [1644]. Os signatários do documento são: Hans Lenart Le Bruijn, Hans van der Goes, Gerrit Terbeeck, Jan Aragon, Jan Parent, David Aragon e Willem van Tongeren.

36. Para Jorge Homem Pinto, ver Gonsalves de Mello, *Gente da Nação*, pp. 236 – 237, DN, 7 de março de 1642 (engenho hipotecado a Gaspar Dias Ferreira). Embora a citação seja longa, sobre o engenho Santo André, o texto original reza: (...) *de heer Gaspar Dias Ferreira als daertoe geautoriseert bij indicage Homem Pinto over de Ingenio St. Andre, die als bleeck bij een openbaer instrument aen ons geexhibeert in dato den 2. Julij des Jaers 1626 aen hem verhipothijqueert was (...)*. No século XVII, hipoteca era uma forma de garantia de um empréstimo; caso o devedor não conseguisse saldar sua dívida, o credor assumia a posse do bem penhorado; no caso aqui em questão, o engenho Santo André. As informações sobre as propriedades de Jorge Homem Pinto encontram-se em DN, 5 de maio de 1642.

37. DN, 5 de maio de 1642. O caso volta a ser discutido no Alto e Secreto Conselho em 16 de maio de 1642, quando ficam registrados os termos do contrato com Pinto. A listagem dos credores de Pinto está em DN, 20 de maio de 1642, transcrita por José Antônio Gonsalves de Mello em *Gente da Nação*, p. 237. Uma listagem dos devedores da WIC encontra-se em NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 62, doc. 105, 31-12-1645.

seja da WIC. Porém, a presença neerlandesa não liquidou as dívidas anteriores a 1630, encontrando-se muitos lusitanos endividados em dois sistemas diferentes, sendo Jorge Homem Pinto o exemplo mais ilustrativo. Outro exemplo que se pode adiantar é o Pedro Cadena de Vilhasanti. Embora não residisse na Nova Holanda, fora provedor na Paraíba antes de 1630 e em 1640, na Bahia, sendo que, no mesmo tempo, seu irmão, Jeronimo Cadena, vivia na Paraíba, administrando seu engenho. Em 1639, Pedro Cadena fez uma petição à coroa espanhola, para não ser executado por dívidas incorridas para a aquisição de seu engenho, antes de 1630.³⁸

A constante falta de numerário levou a WIC a servir-se de particulares para abastecer seu caixa com “dinheiro de contado”. Isaack de Rasière emprestou 4000 florins e receberia açúcar como pagamento, em 1635.³⁹ Em 17 de julho de 1636, o coronel polonês Cristoffel de Artichou Arciszewski entregou 3 mil florins para o Conselho Político, para reforçar o caixa da Companhia e recebeu como crédito em sua conta. Em 1643, Gaspar Dias Ferreira, Rodrigo Mendes, Gaspar Francisco da Costa e Moses Navarro receberam pagamento em dinheiro, por terem adiantado numerário para cobrir as despesas do Governador Geral.⁴⁰ Não é objetivo aqui elencar todos os que estavam endividados, sem condições de satisfazer seus credores. A análise dos casos descritos acima, inclusive da situação da WIC, indica que tanto neerlandeses quanto portugueses serviam simultaneamente como fornecedores e consumidores de créditos. Assim, a situação deve ter chegado próxima do insustentável, pois em carta de 5 de abril de 1644, o Alto Conselho informa aos Diretores XIX que o estado do pagamento de dívidas é tal, que os senhores de engenho preferem acertar primeiro com os particulares que lhes fornecem crédito, a fim de conseguirem tocar seus negócios, e por isso não seria possível enviar açúcar para as Províncias Unidas. Explicam também que os juros eram tão altos, que publicaram um edital limitando os juros a 1,5% ao mês.⁴¹

Em uma das cartas de Rasenberg, há uma passagem elucidativa a respeito do empréstimo de numerário. Ele emprestara ao conselheiro de finanças Adriaen Lems uma soma não nomeada, com a promessa de receber de volta o montante, após cinco dias. Lems então empresta de Gaspar Dias Ferreira para pagar a

38. Evaldo Cabral de Mello, *O bagaço da cana*, p. 160.

39. DN, 19 de outubro de 1635. Não se localizaram informações biográficas sobre Isaack de Rasière.

40. Para Arciszewski, DN, 17 de julho de 1636, para os outros, DN, 1 de agosto de 1643.

41. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 143, 5-04-1644.

Rasenberg, mas foi Adriaen van Bullestrate quem negociou o empréstimo entre Lems e Gaspar Dias Ferreira.⁴² Compreende-se, assim, porque João Maurício de Nassau-Siegen, em seu testamento político, recomendou ao novo governo que não fosse tão severo na cobrança das dívidas dos senhores de engenho, como forma de conservá-los fiéis ao governo.⁴³

Agentes europeus forneciam crédito também para o desenvolvimento de atividades coloniais. No caso particular da América Portuguesa, o pau-brasil foi o primeiro produto de exportação para a Europa, disponível para venda, em Amsterdam, por volta de 1586.⁴⁴

3.3 Pau-brasil

O comércio do pau-brasil nas Províncias Unidas não recebeu muita atenção da academia. Herman Wätjen sustenta que o comércio de pau-brasil era monopólio da Companhia, como outrora o fora da Coroa Espanhola e Portuguesa e que, desde o início da ocupação, os Diretores XIX instavam o governo do Recife a arrendar a extração de madeira a particulares, como forma de aumentar a produção.⁴⁵ Em seu robusto trabalho, J. de Vries e A. van der Woude tratam do comércio das Províncias Unidas com a América Portuguesa, destacando o açúcar e o sal, sem mencionar o pau-brasil.⁴⁶ Cátia Antunes e co-autores analisam a legislação contra o contrabando, usando como estudo de caso o pau-brasil, concluindo que, apesar de ser monopólio real, a Coroa concedia contratos a particulares e instituições para esse fim, o que abriu espaço para todo tipo de ilegalidades, como se explica adiante.⁴⁷

42. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 48, 16-06-1643.

43. “Memória e Instrução de João Maurício, Conde de Nassau, acerca do governo do Brasil (1644)”. In: José Antônio Gonsalves de Mello (ed.) *Fontes para a História do Brasil Holandês. A administração da conquista*. Recife: Secretaria da Cultura, 1985, pp. 395 – 412. Para a citação, p. 404.

44. Christopher Ebert, “Dutch Trade with Brazil before the Dutch West India Company”, p. 50.

45. H. Wätjen, *O domínio colonial holandês*, p. 440.

46. Jan de Vries en Ad van der Woude. *Nederland 1500 - 1815 De eerste ronde van moderne economische groei*. Amsterdam: Uitgeverij Balans, 2005, p. 462 e seguintes.

47. Cátia Antunes, Rob Post & João Paulo Salvado, “Het omzeilen van monopoliehandel. Smokkel en belastingontduiking bij de handel in brazielhout 1500 – 1674”. In: *Tijdschrift voor Sociale en Economische Geschiedenis* 13(1) 2016, pp. 23 - 52. Para a citação, p. 27.

Não se localizou quando essa madeira apareceu pela primeira vez como mercadoria, nas Províncias Unidas. Jessica Roitman, ao analisar o “comércio intercultural dos Sefarditas entre 1595 e 1640”, explica que Hamburgo era o destino principal do pau-brasil, mas não o único e que, dentre os vários envolvidos nesse comércio, estavam Manoel Rodrigues Vega, Cornelis Snellinck, Anthoni Kuvelier, Reynier Reyniersz. Merckelback, Diogo Dias Querido, Hans Uffele e Nicolas du Gardijn.⁴⁸ Somado a isso, os dados indicam que essa madeira fazia parte da carta de negócios de um consórcio formado por neerlandeses e portugueses. Um dos consorciados era Manuel Fernandes Anjo, cuja participação, em 1603, montava a 9.077 quintais.⁴⁹ As atividades desse consórcio não passaram despercebidas pela Coroa Espanhola e, em 1606, foi instalada uma devassa para apurar irregularidades. Porém, devido à quantidade de gente envolvida, a Coroa desistiu e apenas cobrou uma multa pecuniária e instruiu o devassador, Sebastião de Carvalho, a acompanhar a ação de feitores estrangeiros, Henrique Bernaldes e Justo Guzmán.⁵⁰ Outro flamengo ativo no comércio do pau-brasil era Pedro de Molim que, junto com outros estrangeiros, foi obrigado a pagar os direitos alfandegários para levar pau-brasil para fora de Pernambuco. A fonte não menciona o destino do carregamento.⁵¹ Sabemos também que Adam Hulster e seu irmão Hendrick Hulster, ambos de Hamburgo, comerciavam pau-brasil, por volta de 1594, com Fernando Salvador no Rio de Janeiro, cunhado de Hans de Schot, natural de Antuérpia.⁵²

48. Jessica Vance Roitman, *Us and Them: Inter-cultural Trade and the Sephardim, 1595 - 1640*. Tese de doutoramento defendida em 25 de junho de 2009, Universidade de Leiden. Para a citação, p. 87.

49. E. Stols, “Os mercadores flamengos”, p. 41. *O Livro 2º do governo do Brasil* contém documentos que comprovam o envolvimento de neerlandeses (ou flamengos), ingleses e franceses no comércio, legal ou não, do “pau” brasil. Cf., pp. 17, 50, 51, 68, 69, 70, 86, 103 e 158. É merecedor de nota o caso do “olandês” Rodrigo Pedro, casado com portuguesa no Espírito Santo, ativo contrabandista de pau-brasil entre o Brasil e as Províncias Unidas. pp. 105 – 107 e 158

50. Stols, “Os mercadores Flamengos”, p. 41. A devassa não agradou à população colonial, que inclusive ameaçou matar Sebastião de Carvalho. Para isso, ver *Anais da Biblioteca Nacional*, 57, 1935, p. 31 e ss. Sobre uma outra devassa em 1605, ver Biblioteca Nacional da Ajuda, cota 51-VIII-7, fol. 119v e 120r. Ressalta-se que a devassa ocorreria tanto no Brasil quanto em Lisboa, pois havia pessoas, naquela cidade, cúmplices dos que estavam no Brasil.

51. Biblioteca Nacional da Ajuda, cota 49-X-10, fols 76v até 83v.

52. Cátia Antunes *et al*, “Het omzeilen van monopoliehandel”, p. 29.

Após 1630, o comércio do pau-brasil na Europa passou a ser monopólio da WIC. Para a extração, a Companhia fechava contrato de fornecimento de determinada quantidade de madeira, a um preço pré-estabelecido.⁵³ Alguns desses contratos foram acertados na colônia, mas alguns deles eram rejeitados pelos Diretores XIX. No ano de 1635, Johan ter Weijden, Servaes Carpentier e outros, que possuíam licença para extrair a madeira vermelha, tiveram as mesmas anuladas, pois trabalhavam com valores muito acima do praticado no tempo dos portugueses.⁵⁴ Apesar desse cancelamento, os Diretores XIX solicitaram o envio de maior quantidade possível de pau-brasil.

Todavia, na entrada de 20 de fevereiro de 1637 das Atas Diárias, o Alto e Secreto Conselho registra que os concessionários jamais cumpriram suas licenças, nem de longe, aliás, sendo que os neerlandeses eram os que mais enganavam a WIC, como Roelandt Carpentier, considerado um dos maiores fraudadores. Apesar de possuir licença para extração de pau-brasil, ele nunca cortou um pedaço de madeira sequer, apenas comprava dos portugueses e revendia para a WIC.⁵⁵ Isso explica o motivo dos preços da madeira serem tão altos. Além de Carpentier, outros exploradores adotavam a mesma prática, compravam de portugueses e indígenas e repassavam ao governo, como tendo sido obtida por eles. Isso causava grande prejuízo a WIC e irritava o governo da colônia, pois cabia aos licenciados extrair a madeira e não comprar de outros.⁵⁶ Assim, entende-se porque, em 2 de outubro de 1635, os exploradores de pau-brasil exigiram pagamento do Conselho Político, pois seus credores portugueses cobravam a satisfação das dívidas. Como o Conselho não possuía numerário para pagar tais contratos, resolveu assumir a dívida com os portugueses, a ser liquidada no momento oportuno.⁵⁷ No ano de 1637, Albert Gerritsen Smient e sócios tiveram uma disputa com o governador

53. Herman Wätjen, *Domínio Colonial Holandês*, p. 439.

54. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc. 19, 1-08-1635. A fonte não menciona os nomes dos “outros contratantes”. Para a citação, Wiesebron, *Brazilië in de Nederlandse archieven*, vol. 4, p. 137.

55. DN, 20 de fevereiro de 1637. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637. Para se ter uma ideia do volume de negócios, em 1 de maio de 1635, Roelandt Carpentier recebeu crédito de 900 florins, por ter entregue um partido de pau-brasil e por outros que ainda entregaria. DN, 1 de maio de 1635. Mais tarde, ainda no ano de 1635, receberia novo crédito de 1200 florins por pau-brasil entregue e por futuros partidos.

56. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637.

57. DN, 1 de outubro de 1635.

geral. A madeira que iriam entregar não cumpria os requisitos do contrato, mas mesmo assim, o governo aceitou a madeira, pagando seis florins a cada 100 libras de madeira.⁵⁸ A situação chegou a tal nível de desorganização, que, no ano de 1639, os Diretores XIX reclamam com o governador geral acerca de uma discrepância entre a quantidade de pau-brasil que chegara às Províncias Unidas e os valores gastos, indicados nas Atas Diárias.⁵⁹ Para tentar coibir a desordem, em 1645 foi publicado um edital proibindo a extração de pau-brasil sem autorização expressa do Alto Conselho.⁶⁰

Além de Roelandt Carpentier, as seguintes pessoas receberam, em um momento ou outro, licença de extração de pau-brasil: Jacob Duyunkerker, capitão do navio *Waepen van Hoorn*, solicitou e conseguiu licença para extrair a madeira e, em 13 de outubro de 1635, embarcou 201.621 libras dela para a Câmara de Amsterdam, no *Oranjeboom*.⁶¹ Ainda no ano de 1635, havia extração de pau-brasil em Itamaracá, executada pelo capitão Jacobi Petrus e Abel Pietersz, antigo mestre de equipagem, que retorna a Nova Holanda como homem livre, apresentando seu contrato.⁶² Os responsáveis por essa atividade, no Rio Grande, eram Mathias Nosemans, que tinha procuração do diretor da Câmara de Amsterdam, Michiel Pauw, e também Johan Stachouwer, que comprara o contrato de Jan ter Weijden.⁶³ Em 10 de março de 1639, Gaspar da Silva e Gaspar Francisco da Costa, em São Lourenço, receberam ordem de extrair pau-brasil a ser carregado em alguns navios.⁶⁴ Alguns anos depois, em 1 de setembro de 1644, Manoel da Silva Banhos e associados receberam 1438

58. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 10, 24-02-1637. Não se localizou o contrato, então não é possível saber se o valor pago foi inferior ao estabelecido devido às irregularidades da madeira fornecida.

59. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc. 29, 24-07-1639. Não estão presentes no texto da carta os valores pagos e nem a quantidade de pau-brasil recebida.

60. DN, 1 de março de 1645. Nessa entrada está registrado que muita gente cortava pau-brasil de qualquer maneira e tentava vender ao governo, fingindo ter um contrato para tal.

61. DN, 27 de março de 1635 e 13 de outubro de 1635.

62. DN, 26 de abril de 1635. Esse tema volta na entrada de 5 de maio de 1635. Para Abel Pietersz. ver DN, 6 de dezembro de 1635, e 24 de dezembro de 1635. Nessa última entrada, ficamos sabendo que além de explorar o pau-brasil Abel explorava a extração e venda do sal.

63. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 24, 28-03-1637. Nas Atas Diárias localizou-se Mathias Noseman em 17 de julho de 1636, 08 de maio de 1637, 29 de junho de 1637 e NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr.52, doc. 9, 1-03-1637.

64. DN, 10 de março de 1639. Os navios eram *Zeerobbe*, *t' Groenwiff* e *t't Groot Postpaert*.

florins por terem fornecido pau-brasil para a WIC, assim como Gonsalvo da Costa recebeu pagamento em dinheiro pelo fornecimento de 400 libras dessa madeira.⁶⁵ Um último exemplo, Antônio de Ataíde, morador em Goiana, fechou contrato para extração de pau-brasil, junto com Willem Beck.⁶⁶

A falta crônica de numerário na Nova Holanda fez com que diversas commodities funcionassem como meio de pagamento, sendo uma delas o pau-brasil. Em 18 de fevereiro de 1638, Jeems Wouters entregou 190 mil libras para pagamento de sua dívida de dízimos do açúcar.⁶⁷ O escolteto Jan Hoeck, em 1644, comprara 10 negros. Para terminar de pagar os mesmos, oferece um contrato de extração de pau-brasil. Tal contrato seria pago metade por liquidação de dívida e outra metade em dinheiro, para que Hoeck pudesse pagar seus trabalhadores.⁶⁸

Somente a extração e exportação de madeira não produziam ganhos suficientes. Para fomentar a economia colonial, foi implementada a produção açucareira, com muito sucesso.

3.4 Negócio do açúcar

A produção e o comércio de açúcar eram a *raison d'être* do Brasil.⁶⁹ Em linhas gerais, podemos dizer que a indústria açucareira começou no Brasil em 1550, desenvolvendo-se em ritmos diferentes, até 1629, véspera da chegada dos neerlandeses, quando então havia no Brasil cerca de 350 engenhos. O funcionamento do negócio agroexportador era simples: o açúcar era produzido nos engenhos e exportado para a Europa principalmente, via Portugal. Bens de consumo e equipamentos para a montagem e funcionamento dos

65. DN, 30 de setembro de 1644 e DN, 1 de agosto de 1643.

66. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 56, doc. 183, 22-08-1641.

67. DN, 18 de fevereiro de 1638.

68. DN, 5 de dezembro de 1648.

69. Para uma excelente síntese sobre economia açucareira, ver Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (org), *Nova História da Expansão Portuguesa O Império Luso-Brasileiro (1500 - 1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol. VI, pp. 240 – 296. A historiografia sobre a produção e o comércio do açúcar do Brasil Colônia é extensa. Mencionearemos aqui somente as obras utilizadas para esse trabalho. Stuart B. Schwartz, *Sugar Plantations in the formation of Brazilian Society*. Cambridge: Cambridge University Press, 1985; Leonor Freire Costa, *O transporte no Atlântico e a Companhia Geral do Comércio do Brasil (1580 - 1663)*. Lisboa: Comissão nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 2002. 2 vols; Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570 - 1670*. Lisboa: Editorial Estampa, 1988. vol. 1.

engenhos vinham de fora, bem como a mão-de-obra. Assim, os senhores de engenho estavam quase sempre endividados com os comerciantes, fossem portugueses ou estrangeiros, empregando parte dos lucros do açúcar para alargar empréstimos e/ou cobrir seus déficits.⁷⁰ Na documentação neerlandesa encontramos, por exemplo, Luis Antônio da Silva, senhor de engenho, que estava preso em Maurícia por não ter pago suas dívidas com Francisco de Villas Boas e outras pessoas, dívidas essas contraídas “na época que esta praça era del Rey de Espanha”. Silva explica aos Escabinos de Maurícia que seu engenho fora destruído durante as guerras e somente em 1639 é que conseguiu colocá-lo novamente para moer, mas fora preso. O governador geral concedeu três anos de moratória para então voltar a pagar em três anos consecutivos.⁷¹ Luis Antônio da Silva não deve ter sido o único português a fazer tal pedido, pois em 27 de outubro de 1637, o Alto Conselho resolveu consultar as diferentes Câmaras da WIC sobre como proceder em relação às diversas solicitações de adiamento da execução de dívidas contraídas anteriormente a 1630.⁷² Mais tarde, em 1639, o Alto Conselho registra em suas Atas uma preocupação com pessoas que retornam ou se mudam para as Províncias Unidas, a fim de escapar de seus credores. Uma delas, que claramente passou para o lado português, a fim de fugir de suas dívidas, e, por volta de 1638, migrou para Amsterdam, foi Domingos da Costa Brandão.⁷³

Antes mesmo dos eventos aqui em destaque, neerlandeses já estavam envolvidos em negócios do açúcar juntamente com portugueses, com o açúcar

70. Harold Johnson e Maria Beatriz Nizza da Silva (org.), *Nova História da Expansão Portuguesa O Império Luso-Brasileiro (1500 – 1620)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1992, vol. VI, pp. 240 – 296. Para a citação, pp. 240, 243 e 274. A carta do governador D. Diogo de Meneses para el Rey de 8 de maio de 1610 ilustra bem a situação econômica na Bahia: “Dos officiais da Câmara desta cidade me avise V. Mag^{de} lhe pedem em nome desse povo, q’ pollas neçessidades em q’ estão, lhe conçeda V. Mag^{de} ou três anos de espera pera nelles pagarem suas dívidas dando fiança aos devedores ou possão ir pagando pellas duas partes dos rendimentos de seus engenhos e novidades e a outra parte fique pera elles se poderem sustentar, e fabricar suas lavouras e engenhos (...)”. In: *Anais da Biblioteca Nacional*, 57, 1935, p. 67. O original encontra-se em ANTT, Corpo Cronológico, Parte I, maço 115, documento. 113. No site da Torre do Tombo está disponível a digitalização do microfilme, mas muito difícil de ler.

71. OWIC inv. 55, doc. 114, 16-11-1640. Ver seção acima, Jorge Homem Pinto estava endividado com Gaspar Dias Ferreira, desde 1626.

72. DN, 27 de outubro de 1637.

73. Para Domingos da Costa Brandão, ver o capítulo seguinte, seção Processos, Perdas e Danos.

aparecendo como mercadoria negociada em Amsterdam, em 1586.⁷⁴ No Arquivo Nacional, em Haia, encontramos uma disputa sobre um carregamento de açúcar, entre alguns portugueses e o Almirantado de Amsterdam, em 1600. Um navio, cujo capitão era Simon Pietersz van der Schellinghout, saiu de “Pernambuco, no Brasil, na América” carregado com mercadorias, entre elas, açúcar. Ao entrar no porto de Amsterdam, fora impedido pelo Almirantado de descarregar, pois o carregamento pertenceria a portugueses. Isso causou muita insegurança aos portugueses, já que possuíam salvaguardas dos Estados Gerais para comercializar em Amsterdam. Após a petição, em 2 de outubro de 1600, os Estados Gerais resolveram a favor dos portugueses.⁷⁵

Há outro exemplo, em 1613.⁷⁶ O navio *Nossa Senhora da Boa Viagem*, com o capitão Manuel Carvalho, natural de Sezimbra, saiu da Paraíba levando açúcar e outras mercadorias, mas foi capturado por piratas ingleses e, em seguida, por neerlandeses. As seguintes pessoas encaminharam petição aos Estados Gerais para receber o açúcar capturado pelo capitão Hillebrant Gerbrandtsz Quast: Duarte Fernandes, Gabriel Lopes, Michiel Lopes Fernandes, Bento Henriques (pai e filho) eram representantes em Amsterdam. Manuel Dias Santiago, João de Paz, Duarte Dias Henriques e Duarte Brandão eram de Lisboa. Cornelis Snellinx tinha nesse navio 14 caixas de açúcar, Nicolas du Gardin, 22 e Duarte Saraiva, 3 caixas. Dos interessados no navio supramencionado, em 1639, encontrava-se na Nova Holanda Bento Henriques, que carregou açúcar no navio *Groot Postpaert* e, no mesmo ano de 1639, participou de expedições à procura de minas de ouro e prata em Sergipe.⁷⁷ Em 1642, teria 60 anos,

74. Christopher Ebert, “Dutch Trade with Brazil before the Dutch West India Company, 1587 – 1621”, p. 50.

75. NL-HaNa_SG 1.01.02, inv. 12561.33, [1600]. Dentre os diversos documentos há um “Extrato das Resoluções dos Estados Gerais”, de 2 de outubro de 1600, que reza que os portugueses são livres para trazer suas mercadorias de Lisboa, Portugal ou do Brasil. A título de ilustração, em 1613, alguns portugueses enviaram petição aos Estados Gerais a respeito de um carregamento de açúcar saído da Paraíba, com destino a Amsterdam, via Lisboa, mas que fora capturado pelos ingleses. A documentação relativa ao processo encontra-se em NL-HaNa_SG 1.01.02, inv. 12561.25, [1613].

76. Os documentos relativos ao navio *Nossa Senhora da Boa Viagem*, encontram-se no Arquivo Nacional em Haia, coleção “Staten Generaal”, número de chamada 1.01.02, inventário 12561.25.

77. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 54, doc. 44, [1639]. Carregou açúcar também nos navios *Zeerobbe* e *Befaamde Susanna*. Para esses dois últimos ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 54, doc. 46 e 47, [1639]. Os documentos relativos à negociação entre o Governador Geral, Johan Maurits van Nassau-Siegen e Bento Henriques encontram-se

portanto, acredita-se que quem encaminhou a petição aos Estados Gerais foi seu filho.⁷⁸ Um exemplo peculiar é o de Johannes Heinsius. As informações biográficas sobre Heinsius são poucas. Era predicante em Middelburg, na Zeelândia, e seu envolvimento no comércio de açúcar não agradou à Igreja Reformada; por isso, depois de idas e vindas, em 10 de novembro de 1640, sua posição como predicante foi encerrada.⁷⁹ Estava envolvido no comércio do açúcar antes de 1639. Estava no Brasil como funcionário do Conselho de Justiça antes de 1647, pois, em 4 de abril daquele ano, fora promovido de função. Permaneceria no Brasil até 1653.⁸⁰ Posteriormente, devido à sua experiência brasílica, seria nomeado governador do Suriname, em 1678.⁸¹ Fica claro que muitos portugueses e neerlandeses que se dirigiram ao Brasil já estavam envolvidos no comércio do açúcar.

J. de Vries e A. van der Woude estimam que, em 1609, pelo menos metade do comércio colonial português era destinado às Províncias Unidas e que o volume desse comércio não foi pequeno, pois permitiu que a quantidade de refinarias de açúcar nas Províncias Unidas aumentasse de 3 ou 4, no ano de 1594, para 29, em 1622.⁸² Após 1630, apesar dos conflitos em Pernambuco, nas Províncias Unidas tínhamos *business as usual*, pois Paulo Pinto, português morador em Amsterdam, pediu permissão aos Diretores XIX para carregar um navio com açúcar na Bahia e trazê-lo para Amsterdam. Foi concedida, desde

no Arquivo da Família Real Holandesa em Haia. Koninklijk Huisarchief, inv. nr. 1454: Brasilianische Sachen, 1636 - 1645. Para uma descrição minuciosa desse inventário, ver B. N. Teensma, “Arquivo da Casa Real Haia, inventário n. 1454: Assuntos Brasileiros, 1636 – 1645”. In: Marianne Wiesebron (org), *Braziliië in de Nederlandse archieven O Brasil em arquivos neerlandeses (1624 – 1654)*. Leiden: CNWS, 2008, pp. 28 – 71.

78. J. A. Gonsalves de Mello, *Gente da Nação. Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542 – 1654*. Recife: Editora Massangana, 1996, p. 396.
79. Zeeuws Archief, coleção “Verzameling Handschriften Rijksarchief in Zeeland, 1206 – 1948”, número de chamada 33.1, inventário 277, [1640], “Extracten uit de acten der Waalse Synoden van 1639 en 1640 over de zaak van ds. Heinsius, predikant te Middelburg, die door zijn handel op Braziliië aanstoot aan de gemeente gaf”.
80. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr.67, doc. 58, 20 de janeiro de 1653.
81. Raymond Buve, “Gouverneur Johannes Heinsius De rol van Van Aerssen’s voorganger in de Surinaamse Indianenoorlog, 1678 – 1680”. In: *New West Indian Guide / Nieuwe West-Indische Gids*, vol. 45 (1), 1966, pp. 14 – 26.
82. Jan de Vries en Ad van der Woude. *Nederland 1500 - 1815 De eerste ronde van moderne economische groei*. Amsterdam: Uitgeverij Ballans, 2005, p. 463. Sobre o refino do açúcar em Amsterdam, ver: Arjan Poelwijk, “In dienste vant suyckerbacken” *De Amsterdamse suikernijverheid en haar ondernemers, 1580 - 1630*. Hilversum: Verloren, 2003.

que pagasse 25% de impostos sobre sua carga.⁸³ A evidência indica que em Portugal a situação não era muito diferente, pois ao menos Abraham Volterix, mercador flamengo, recebeu, em 27 de agosto de 1633, fiança do Rei ibérico, por ter oferecido sua nau *Santa Tereza* para o transporte de soldados, a fim de socorrer o Brasil, retornando de lá com carga de mercadorias.⁸⁴

Evaldo Cabral de Mello em *O bagaço da cana*, revela que havia cerca de 41 senhores de engenhos neerlandeses. Na “Ata do Conselho da Igreja Reformada” está registrado, na entrada de 5 de janeiro de 1638, que muitos neerlandeses adquiriram engenhos e moravam em suas propriedades.⁸⁵ Dois exemplos ilustram essa situação: Servaes Carpentier vivia em seu engenho “Tres Paus”, e Roeland Carpentier em seu engenho “Rio Formoso”.⁸⁶ José Antônio Gonsalves de Mello informa que inclusive predicantes eram proprietários de campos de açúcar (*suikerrieten*), como Daniel Schagen, que tinha um partido de cana “no engenho São Tomé, de Antônio de Souza Moura”.⁸⁷ Em 1637, Bartholomeus Lambertz van Bockholt acordou o cultivo de um partido, no engenho de Gonçalvo Novo de Lira. Outro neerlandês que trabalhava para Lira era Bartholt van Bochoolt.⁸⁸

Uma análise de diferentes listagens de carregamento de açúcar presentes na coleção “Cartas e Papéis do Brasil” revelou que neerlandeses e portugueses operavam no comércio do açúcar.⁸⁹ Alguns dos nomes neerlandeses

83. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc. 8, 31-10.1631.

84. Biblioteca da Ajuda, cota 51-VI-28, fol. 70v e 71r. Não se localizaram dados biográficos de Abraham Volterix. A grafia “Volterix” pode ser corruptela de “Woutersz.”, ou seja, filho de Wouter. Agradeço a Ben Teensma por ter me chamado a atenção para esse fato.

85. “Classicale Acta van Brazilië”. In: *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht*, 2 1873, p. 336. O texto está reproduzido em diferentes páginas, mas estas não são sequenciais. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 138.

86. Evaldo Cabral de Mello, *O bagaço da cana: os engenhos de açúcar do Brasil holandês*. São Paulo: Pinguin Classics Companhia das Letras, 2012. Para a listagem dos senhores de engenho, p. 203 – 209. Para o engenho de Servaes Carpentier ver pp. 145 – 146; para o “Rio Formoso”, pp. 128 – 129.

87. Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 138.

88. DN, 19 de março de 1637 e 24 de abril de 1637.

89. Os seguintes documentos foram analisados: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, **inv. nr. 53**, doc. 82, 29-05-1638; **inv. nr. 54**, doc. 44, [1639]; doc. 45, [1639], doc. 46, [1639], doc. 47, [1639], doc. 54, [1639]; **inv. nr. 55**, doc. 32, [1640]; doc. 34, [1640]; doc. 35, [1640]; doc. 71, [1640]; doc. 72, [1640]; doc. 73, [1640]; doc. 78, [1640]; doc. 79, [1640]; doc. 80, [1640]; doc. 81, 18-09-1640; doc. 82, 29-08-1640; doc. 83, 29-08-1640; doc. 102, 25-02-1640; **inv. nr. 56**, doc.101, [1641]; doc. 102, [março 1640];

mencionados como carregadores de açúcar são, de fato, comerciantes particulares, como Luis Heijns e Gilles van Luffel, mas não senhores de engenho. A análise revelou também que grandes senhores de engenho, como João Fernandes Vieira e Jorge Homem Pinto, embarcaram açúcar poucas vezes. Voltaremos a essa questão no capítulo seguinte, na sessão sobre o contrabando.

Se levarmos em conta que havia na Nova Holanda muito mais comerciantes particulares neerlandeses do que senhores de engenho neerlandeses, a conclusão de José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro de que os neerlandeses tinham a ideia de “assenhorear-se do comércio” do açúcar e não da produção, não é sem fundamento, como aponta José Antônio Gonsalves de Mello.⁹⁰ A falta de população afetou também o cultivo da terra. Somado a isso, ser proprietário de engenho, ou ter uma participação no mesmo não significa que a pessoa estivesse de fato envolvida diretamente na produção, como, a título de ilustração, Jacob Stachouwer, que era proprietário de engenhos, mas os mesmos eram administrados por João Fernandes Vieira, que acabou por adquirir as propriedades.⁹¹

Havia também o pequeno comércio de açúcar. Em 30 de junho de 1641, Daniel e Manuel Cardoso e Gaspar Antônio receberam pagamento em dinheiro, por terem vendido açúcar à WIC, sendo o açúcar muito utilizado para tal transação com a WIC.⁹² Na entrada de 25 de março de 1642, das Nótulas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil, há uma listagem de

doc. 103, [1641]; doc. 115, [1641]; doc. 163, [maio 1641]; doc. 164C, 22-05-1641; doc. 252, [1641]; doc. 253, [1641]; inv. nr. 57, doc. 5, 20-04-1642; doc. 6, [abril 1642]; doc. 141, [fevereiro 1642]. Alguns dados desses documentos foram inseridos no sociograma de Rasenberg, na seção 2 desse capítulo.

90. José Honório Rodrigues e Joaquim Ribeiro. *Civilização holandesa no Brasil*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1940, p. 87. Para as críticas de José Antônio Gonsalves de Mello, *Tempo dos Flamengos*, p. 136.

91. Ver, DN, 30 de junho de 1642. Nessa entrada está presente uma especificação da dívida de Vieira com a WIC e com Jacob Stachouwer e Nicolas de Ridder. Anos mais tarde, em seu testamento, datado de 1674, Vieira declara que não devia nada ao Stachouwer, ao contrário, que este lhe devia “muitos mil cruzados, e assim que o dito [Stachouwer] não devo nada, nem elle tem pretensões nas terras, e outras razões porque me é a mim devedor (...)”. In: “Copia fiel de algumas verbas do testamento com que faleceu o governador João Fernandes Vieira”. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*, vol. XXIII, 1908, pp. 387 – 398. Para a citação, p. 393.

92. DN, 30 de junho de 1642. Daniel e Manuel Cardoso venderam 24 caixas de açúcar e Gaspar Antônio, 30 caixas.

pessoas endividadas para com a WIC, que prometeram pagar suas dívidas com açúcar; há nomes neerlandeses, como Isaack de Rasière, Jan e Cornelis van Ool, e portugueses, como Moses Navarro e Manuel Franco. Há também uma mulher, a Viúva Marischal.⁹³

Nem sempre as resoluções da WIC sobre o comércio do açúcar agradavam à população na Nova Holanda; muitas vezes geravam protestos, como em abril de 1644. Ficou resolvido pelos Diretores XIX que os impostos do açúcar seriam pagos nos Países Baixos. Isso irritou muitos comerciantes e senhores de engenho, os quais se recusaram, por cinco semanas, a embarcar açúcar na frota que levaria Maurício de Nassau de volta. O prejuízo seria enorme; então, o Alto Conselho aceitou que somente o imposto chamado “avaria” fosse pago nas Províncias Unidas.⁹⁴

A produção açucareira era baseada em mão de obra escrava. Em seu “Breve discurso sobre o Brasil”, o governador geral João Maurício de Nassau-Siegen deixa claro que, sem escravos, não é possível desenvolver negócio algum.⁹⁵

3.5 Comércio de escravos

Segundo Antunes e Silva, em Amsterdam, comerciantes de múltiplas origens e diferentes convicções religiosas estavam envolvidos no tráfico negreiro, em maior ou menor grau, desde 1580, concluindo que, entre “as décadas de 1580 e de 1620, mercadores cristãos, tanto protestantes quanto católicos, nascidos dentro e fora da República, estavam engajados no comércio de commodities africanas e gradualmente passaram a investir no tráfico negreiro (...)”.⁹⁶

93. DN, 25 de março de 1642. Sobre o uso do açúcar como meio de pagamento, ver Lucia Werneck Xavier, “Circulação monetária no Brasil Neerlandês”. In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 29.2 (2011). Edição eletrônica, disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/issue/view/13/showToc> (acessado em 22-11-2015).

94. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 59, doc. 143, 5-04-1644.

95. “Sommer Discours over den staet vande vier geconquesteerde capitanien Parnambuco, Itamaraca, Paraíba ende Rio Grande, in de noorderdeelen van Brasil”. In: *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch Genootschap gevestigd te Utrecht* 2 (1879) pp. 256 – 311. Para a citação, p. 292. No original: *Sonder deselve slaven ist niet mogelijk in Brasil iets uit te rechten: sonder deselve connen gene Ingenhos malen ende gene landen bearbeyt worden, soo dat nootsaeckelijck in Brasil slaven moeten sijn, ende geensints connen geexcuseert werden, ende dat hem yemant hier in beswaert soude vinden, soude maer een onnodige scrupuleushey sijn.*

96. Catia Antunes & Filipa Ribeiro da Silva, “Amsterdam Merchants in the slave trade

Somente após a conquista do Brasil e a grande demanda por mão-de-obra escrava é que os neerlandeses se tornaram mais ativos no tráfico negreiro. Entretanto, na América Portuguesa, havia neerlandeses que eram proprietários de escravos já antes de 1630, como Paulo Sibertsen Faes. Este possuía uma participação num curral, ou seja, fazenda de gado, e possuía também escravos em Pernambuco.⁹⁷ Após 1630, a guerra de conquista neerlandesa ou de resistência portuguesa, facilitou a fuga de muitos escravos, e muitos outros, lutando de um lado ou de outro, acabaram perdendo a vida. Somente após 1635, quando os conflitos diminuíram de intensidade, tanto neerlandeses quanto portugueses precisavam de escravos para tocar seus engenhos. Em 1637, a fim de melhor controlar o tráfico, o governador geral conquistou o Forte da Mina. Assim, segundo Piet Emmer, logo após tal conquista, os escravos foram transportados para o Brasil, onde foram vendidos em leilões públicos.⁹⁸

Zacharias Wagener, em *Thierbuch*, descreve um leilão de escravos.⁹⁹ Junto com a descrição há um desenho. Na parte de baixo e no centro, vemos vários “homens brancos” que podem ser europeus ou nascidos na colônia, com suas roupas elegantes, chapéus e bengalas. Alguns estão em suas varandas e há inclusive um casal. Ao fundo, os negros, desnudos, sem semblante, reificados. No centro à esquerda, um branco inspeciona um negro que está com as mãos levantadas. Wagener assim descreve o leilão:¹⁰⁰

[N]o dia marcado, essas pobres pessoas, quase mortas de fome e sede, são levadas um por um, como se fossem porcos ou ovelhas deixando o curral (...) comerciantes portugueses e neerlandeses os examinam na frente e atrás, para verem se são jovens ou velhos, se têm escorbuto, sífilis ou outra doença

and African Commerce, 1580s – 1670s”. In: *Tijdschrift voor Sociale en Economische Geschiedenis* 9(4), 2012, pp. 3 – 30. Para a primeira citação, p. 29 e a segunda, pp. 12 – 13.

97. P. C. Emmer, “The History of the Dutch Slave Trade, a bibliographical survey”. In: *The Journal of Economical History*, vol. 32, n. 3, 1972, p. 728 – 747. Para Sibertsen Faes, ver GAA, NA, inv. 646 A, fol. 583 – 585, 31 de outubro de 1620.

98. P. C. Emmer, “The History of the Dutch Slave Trade”, p. 731.

99. Zacharias Wagener, *The “Thierburch” and “Autobiography” of Zacharias Wagener*. Rio de Janeiro: Editora Index: 1997. Para a citação, pp. 195 – 197.

100. Zacharias Wagener, *The “Thierburch”*, p. 195.

grave. Quando oito, dez ou mais são escolhidos da multidão e considerados perfeitos, o comprador então faz o pagamento.

Embora pelo menos em uma de suas cartas, Johan van Rasenberg mencione que houve leilões de escravos e faça considerações sobre o preço dos mesmos, não se localizou evidência de que tenha arrematado algum, já que seu nome não consta nas diferentes listagens de vendas de escravos presentes na coleção *Cartas e Papéis vindos do Brasil* no Arquivo Nacional, em Haia. Isso não quer dizer que não estivesse presente durante tais leilões e caso tenha adquirido escravos, ele o fez de intermediários.

Quem comparecia a tais leilões? Naturalmente, muitos observadores e os interessados em adquirir escravos, seja para si próprio, seja para revender. Uma análise das “Relações de vendas de escravos”, presentes na coleção *Cartas e Papéis vindos do Brasil*, para o período entre 1636 e 1644, revelou 889 nomes de compradores, sendo eles neerlandeses e portugueses. Dentre esses 889 compradores, dezessete constam nas cartas de Rasenberg, como representado na figura 2, sendo Gaspar Francisco da Costa quem mais arrematou escravos.¹⁰¹ Os seguintes holandeses eram ativos, a saber: Nicolas Verdior, sócio de Joost van Bullestrate, filho do conselheiro político; Adriaen van Bullestrate, arrematou em oito leilões diferentes; Samuel Halters, sete leilões. Além dos contatos de Rasenberg, Jan Weinants arrematou em dez leilões e Elias Herckmans, seis vezes, para dar alguns exemplos. Destas pessoas, sabemos que Herckmans nasceu em Amsterdam por volta de 1596. Era marinheiro de profissão e também poeta. Viajou principalmente para Arcangel, na Rússia.¹⁰² Chegou a Nova Holanda em 23 de dezembro de 1635, como conselheiro político.¹⁰³ Posteriormente, foi diretor da Paraíba e, a partir de 21 de fevereiro de 1639, tesoureiro no Recife.¹⁰⁴ Em 1641, foi um dos integrantes de uma

101. Gaspar Francisco da Costa arrematou escravos em treze leilões.

102. P. C. Molhuysen, *Nieuw Nederlandsch biografisch woordenboek*. Leiden: A. W. Stijhoff, 1911 – 1937, 10. vol. Para Herckmans, volume 3, p. 579. Consultado em http://resources.huygens.knaw.nl/retroboeken/nnbw/#page=297&accessor=accessor_index&view=imagePane&size=918&source=3 (2 de março de 2016).

103. DN, 23 de dezembro de 1635. Deixou alguns relatos. Para os mesmos, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 46, doc. 3, 1-06-1639. Em holandês foi publicado em *Bijdragen en Mededelingen van het Historisch genootschap te Utrecht II* (1879), pp. 318 – 367 e em português José Antônio Gonsalves de Mello (org), *Fontes para a história do Brasil holandês*. Recife: MINC/SPHAN, 1985, vol. 2, pp. 59 – 112.

104. Para Herckmans governador da Paraíba, ver “Carta de Elias Herckmans em Frederícia de

expedição à serra da Copaoba, na Paraíba, para investigar a existência de minério de prata.¹⁰⁵ Em 1643, participou da expedição de Hendrick Brouwer para o Chile.¹⁰⁶ Devido a todo tipo de privação, a guarnição abandonou o Chile, chegando de volta ao Recife em dezembro de 1643.¹⁰⁷ Tinha uma esposa e talvez um filho.¹⁰⁸ Não se localizaram dados biográficos para Weinants.¹⁰⁹ Predicantes também participavam ativamente, como Gaspar Velthuisen que, em 21 de outubro de 1641, arrematou uma peça.¹¹⁰

Algumas vezes, mulheres portuguesas, como Bárbara Cardoso e Antônia Carvalho e também holandesas, como Anneken Peett e a *Weduwe* (viúva) Duijnckercker, arrematavam escravos.¹¹¹ Catharina de Albuquerque,

9 de dezembro de 1636 para Constantijn Huygens”. In: J. A. Worp, *Briefwisseling van Constantijn Huygens*. 's-Gravenhage: Martinus Nijhoff, 1913, volume 2, pp. 214 – 215. http://resources.huysens.knaw.nl/retroboeken/huygens#page=229&accessor=listofletters_1&source=19&accessor_href=listofletters_1%2Findex_html%3Fzk_correspondenti_d%3D56%26reset%3D1 (acessado em 2 de março de 2016). Para tesoureiro, DN, 21 de fevereiro de 1639.

105. Para essa expedição ver DN 26 de agosto de 1641, 28 de agosto de 1641 e 2 de outubro de 1641.
106. Para a expedição ao Chile, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 44, docs. 1 até 33. Recentemente esses documentos foram publicados em: Henk den Heijer, Goud en Indianen. *Het journal van Hendrick Brouwers expeditie naar Chilie in 1643*. Zutphen: Walburg Pers, 2015.
107. DN, 29 de dezembro de 1643
108. DN, 14 de janeiro de 1648. Nessa data, o soldado Davidt van den Bogart, filho da viúva de Elias Herckmans, pede para ser dispensado do serviço de soldado, pois sofrera um acidente e não tinha mais condição de servir. A passagem não é clara se Davidt seria filho ou enteado de Herckmans.
109. Não se localizou o nome Weinants nas Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho. Localizou-se Jan Wijnants. Para o neerlandês do século dezessete, em termos fonéticos “ei” e “ij” são idênticos. Logo, talvez Jan Wijnants e Jan Weinants sejam a mesma pessoa. Sobre a fonética do século dezessete, ver L. Koelmans, *Inleiding tot het lezen van zeventiende-eeuws Nederlands*. Utrecht: Bohn, Scheltema & Holkema, 1978, principalmente capítulos 2 e 3.
110. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 56, doc. 312, 21-10-1641. Outros predicantes que arremataram escravos foram Fredericus Kesslerus (OWIC 58, doc. 344); Joachim Vincent Soler (OWIC 58, 344); Petrus Doornick (OWIC 57, 190) para dar somente alguns exemplos.
111. Foram consultadas as seguintes listagens: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, **inv. nr. 52**, doc. 47, 24-10-1636; doc. 48, 23-01-1637; **inv. nr. 53**, doc. 35, 12-03-1638; doc. 97, 22-06-1638; doc. 98, 1-06-1638; doc. 99, 12-06-1638 e 22-06-1638; doc. 185, 22-09-1638; doc. 186, 22-09-1638; **inv. nr. 54**, doc. 89, 14-04-1639; doc. 106, 5-05-1639, doc. 179, 21-07-1639, doc. 180, 11-07-1639; **inv. nr. 55**, doc. 20, 29-04-1640, doc.

proprietária do engenho Santo Antônio na Moribeca, pediu ao Governador Geral que lhe vendesse escravos a crédito, para poder produzir mais e pagar suas dívidas.¹¹²

Além dos leilões, havia o comércio particular, ou seja, entre duas pessoas ou o governo da colônia e uma pessoa ou pequeno grupo de pessoas, como em 3 de fevereiro de 1637, quando três supervisores de negros, Manuel de Barros, André Gonsalves e Gaspar Rodrigues compraram “negrinhas”, diretamente do governo da colônia.¹¹³ Militares de toda patente também faziam aquisições, normalmente com pagamento retirado direto da conta, como o sargento Arnhout van Monsteijn adquiriu Maria, uma “negrinha”, que pertencera ao padre inquisidor, em Serinhaém.¹¹⁴ O piloto Bartolomeus Peres comprou uma mulatinha capturada na Bahia, com desconto em sua folha de pagamento.¹¹⁵ Bartolomeus Peres era bem conhecido dos neerlandeses. Natural de Viana do Castelo, estava ativo na navegação da costa brasileira, desde 1625. Em 19 de janeiro de 1631, após ser capturado por Marten Thijsz, fornece informações detalhadas sobre a costa brasileira, passando então a trabalhar a serviço dos neerlandeses.¹¹⁶

Em diferentes ocasiões, o governo da colônia se viu forçado a fazer ajustes na venda de escravos, para agradar à população. A natureza desses ajustes era religiosa, como em 29 de setembro de 1638, quando um leilão de escravos foi

98, [1640]; **inv. nr. 56**, doc. 24, 31-12-1640, doc. 90, [maart 1641], doc. 150, 10-05-1641, doc. 213, 19-07-1641, doc. 255, 22-04-1641, doc. 311, 11-09-1641, doc. 312, 21-10-1641; **inv. nr. 57**, doc. nr. 40, 18-08-1642, doc. 187, 25-10-1641, doc. 188, 9-12-1641, doc. 189, [1642], doc. 190, 25-02-1642; **inv. nr. 58**, doc. 2, 28-05-1653 e 29-05-1643, doc. 3, 29-05-1643, doc. 4, 30-05-1643, doc. 5, 3-07-1643, doc. 623-07-1643 doc. 10, 4-05-1643 e 5-05-1643, doc. 183, 25-08-1643, doc. 183, 22-09-1643, doc. 184, 20-10-1643, doc. 344, 7-11-1642, doc. 345, 5-12-1642, doc. 346, 20-11-1642, doc. 347, 30-12-1642, doc. 348, 26-01-1643, doc. 349, 23-03-1643, doc. 350, 25-02-1643, doc. 351, 26-01-1643; **inv. nr. 59**, doc. 55, 2-08-1644. Para Anneken Peett e Barbara Cardoso ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 47, 24-10-1636; para Anthonia Carvalho, NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 55, doc. 20, 29-04-1640 e para Weduwe Duijnckercker, NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 346, 20-11-1642

112. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 55, doc. 124, [1640]

113. DN, 3 de fevereiro de 1637. Não há referência se eram africanos ou portugueses.

114. DN, 5 de janeiro de 1638.

115. DN, 17 de agosto de 1638.

116. B. N. Teensma, *Suiker, verfhout & tabak Het Braziliaanse handboek van Johannes de Laet, 1637*. Zutphen: Walburg Pers, 2009, p. 29.

suspensão, por ter anoitecido e ser o sabbath dos judeus.¹¹⁷ Ou econômica, como em 10 de maio de 1641, já que havia muitas dívidas pendentes e o pagamento das mesmas era moroso, tentaram-se vender os escravos em pequenos lotes e com pagamento apenas em dinheiro. Entretanto, poucos compradores apareceram e o preço dos escravos caiu muito; devido a isso, passou-se a vender a prazo.¹¹⁸ Rasenberg, em carta para os Diretores da Câmara da Zeelândia, explica que escravos vendidos a dinheiro eram contabilizados entre 40 e 50 Reais de Oito e os vendidos a prazo de seis meses eram contabilizados a 140 Reais de Oito; comerciantes e senhores de engenho não faziam lances quando eram forçados a pagar em dinheiro.¹¹⁹ Um outro exemplo encontramos em 23 de janeiro de 1637, quando foi feita uma tentativa de vender escravos chegados da Guiné. Como os mesmos não tinham boa aparência e os portugueses só queriam pagar com açúcar, na safra seguinte, ao invés de em leilão público, os escravos foram vendidos aos seguintes intermediários: Jacques Hack, e Hugo Graswinckel, *cum suis*.¹²⁰

Após a chegada à Nova Holanda, tal como acontecia na América Portuguesa, os africanos eram vendidos em leilões públicos. Leilões de todo tipo de mercadorias eram corriqueiros no Recife, podendo ser enquadrados nos chamados negócios cotidianos.

3.6 Negócios cotidianos

Na Nova Holanda, o comércio diário tinha uma estrutura simples: comerciantes vendiam suas mercadorias em lojas nas cidades ou nos diferentes mercados ou feiras, ou de maneira ambulante no interior, aceitando pagamentos em moeda de contado, notas promissórias ou em espécie, sendo o açúcar um dos meios de pagamento mais comuns, mas não o único, sendo o crédito o mais popular.¹²¹ Segundo um contemporâneo, na Nova

117. DN, 29 de setembro de 1638.

118. DN, 10 de maio de 1641.

119. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 54, 30-08-1643 e doc. 190, 14-11-1643.

120. Para a listagem dos que arremataram escravos, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 48, 23-01-1637.

121. Sobre o uso do açúcar como meio de pagamento, ver: Lucia Werneck Xavier, "Circulação monetária no Brasil Neerlandês". In: *Clio – Revista de Pesquisa Histórica*, 29.2 (2011). Edição eletrônica, disponível em <http://www.revista.ufpe.br/revistaclio/index.php/revista/issue/view/13/showToc> (acessado em 22-11-2015) e Pierre Moreau e Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses Relação da Viagem*

Holanda, os comerciantes “(...) entregavam [todo tipo de mercadoria] a crédito aos portugueses por somas prodigiosas (...)”.¹²² O uso de diferentes meios de pagamento acontecia devido à falta crônica de moeda de contado e essa constante escassez de numerário muitas vezes prejudicou o comércio entre neerlandeses e portugueses. Em 8 de dezembro de 1635, os moradores portugueses de Moribeca recusaram-se a fornecer farinha aos neerlandeses, em troca de notas promissórias ou de outras mercadorias, exigindo pagamento em dinheiro.¹²³ Esse problema é salientado por Rasenberg, em várias de suas cartas para os Diretores da Câmara da Zeelândia, para destacar a importância de se manter a Nova Holanda abastecida de moedas, evitando, assim, a paralisia dos negócios.¹²⁴

Antes de 1630, Portugal fornecia à sua colônia atlântica “essencialmente gêneros alimentícios, em especial, vinho” mas também peixe seco, farinha, biscoito, vinho, azeite, presunto e tecidos.¹²⁵ Após 1630, a situação muda pouco, sendo a WIC a fornecedora de gêneros alimentícios europeus para a Nova Holanda. Contudo, praticamente durante toda a existência da Nova Holanda, a WIC não foi capaz de abastecê-la adequadamente, sobretudo devido aos seus problemas financeiros na metrópole.¹²⁶ Para tentar mitigar o problema, já nas primeiras cartas escritas pelos Diretores XIX, há menção à captura de navios para suprir a falta de recursos e a produção local de alimentos.¹²⁷

Ao analisar o governo da Nova Holanda, Rômulo Luiz Xavier do Nascimento conclui que uma das funções do governo da colônia, que ele chama de administração, era estabelecer um “bom relacionamento entre a WIC e os

ao País dos Tapuias. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979, p. 34. A título de comparação, para interações econômicas interculturais entre portugueses e neerlandeses na Costa Ocidental da África, cf. Cátia Antunes e Filipa Ribeiro da Silva, “Cross-cultural entrepreneurship in the Atlantic Africans, Dutch and Sephardic Jews in Western Africa, 1580 – 1674”. In: *Itinerario*, XXXV (1), 2011, pp. 49 – 76.

122. Pierre Moreau e Roulox Baro, *História das últimas lutas no Brasil entre holandeses e portugueses Relação da Viagem ao País dos Tapuias*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1979. Para a citação, p. 28.

123. DN, 8 de dezembro de 1635.

124. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 54, 30-08-1643.

125. Frédéric Mauro (org.), *Nova História da Expansão Portuguesa O Império Luso-Brasileiro (1620 - 1750)*. Lisboa: Editorial Estampa, 1991, vol. VII, pp. 66 – 67.

126. Para os efeitos deletérios do desabastecimento na manutenção das tropas, ver Miranda, *Gente de Guerra*, pp. 143 – 149 e Cabral de Mello, *Olinda Restaurada*, pp. 221 - 256.

127. Ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, 13-07-1630.

luso-brasileiros”, utilizando para isso, entre outras estratégias, o pequeno comércio diário (*kleine profijten*).¹²⁸ Não é de estranhar, pois, que o Conselho Político determinasse, em 28 de abril de 1635, que era proibido vender no Recife, fosse português ou neerlandês, sem autorização daquele Conselho, sob pena de confisco dos bens à venda.¹²⁹ Todavia, nesse mesmo ano de 1635, os Diretores XIX resolveram abrir o comércio do Brasil para particulares e informam isso ao Conselho Político.¹³⁰ Posteriormente, no início de 1637, o Alto Conselho registra, em suas Atas Diárias, que alguns portugueses e neerlandeses comerciavam na Costa do Brasil, autorizados pelo Conselho Político e que seria investigado se tais pessoas tinham, de fato, permissão para tal, tentando assim coibir o contrabando.¹³¹ O papel do governo como intermediário fica ainda mais evidente por exemplo, em 12 de julho de 1641, quando, após diversas reclamações da população, “todos os açougueiros” (*vleeshouwers*) foram comunicados que deveriam vender seu produto pelos preços estabelecidos pelo Alto Conselho, sem registrar particularidade alguma sobre quem seriam esses açougueiros.¹³² Além de aproximar a administração colonial da população, o comércio diário era também um momento de aproximação das pessoas.

O pão era, no século dezessete, a base da dieta de parcela significativa da população, sendo assim, aqueles que não podiam prepara-lo em suas residências, adquiriam-no na padaria, que se torna um local de encontro de pessoas.¹³³ Para se ter uma ideia da importância do pão na dieta, em momentos de escassez, a ração de pão era diminuída, como em 29 de março de 1646 e

128. Rômulo Luiz Xavier do Nascimento, *O desconforto da governabilidade: aspectos da administração no Brasil holandês (1630 – 1654)*. Tese de doutorado não publicada, Universidade Federal Fluminense, 2008, pp. 89 – 90.

129. DN, 28 de abril de 1635.

130. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 8, doc. 16, 1 de agosto de 1635.

131. DN, 2 de fevereiro de 1637.

132. DN, 12 de julho de 1641.

133. Sobre o consumo de pão, ver Fernand Braudel, *The structures of Everyday life*. Fontana: London, 1979, pp. 108 – 145. Para a dieta holandesa, Simon Schama, *The Embarrassment of Riches. An Interpretation of Dutch Culture in the Golden Age*. Vintage: New York, 1987, pp. 160 – 177. Sobre a padaria no Recife, entre outras, DN, 13 de abril de 1635. Para a padaria em Itamaracá, DN, 18 de agosto de 1635. Sobre o mercado de peixe, o mercado de carne e o mercado de verduras, ver DN, 27 de agosto de 1648. Sobre os hábitos alimentares na Nova Holanda ver: Claude Guy Papavero, “Alegrias e desventuras do paladar: a alimentação no Brasil Holandês”. In: *Revista de Nutrição* 2010, 23.1, pp. 137 – 147.

em 30 de março de 1646, quando ficou resolvido que todos os funcionários da WIC, dos conselheiros políticos aos soldados, receberiam semanalmente 3 libras de pão, mas seus familiares deveriam pagar pelo mesmo.¹³⁴ Ao analisar a ração dos soldados, Bruno Miranda conclui que pão, carne e vinagre eram elementos comuns em diferentes cartas-ração.¹³⁵

Embora não tenha chegado aos nossos dias um registro da movimentação da padaria, sabemos que ao menos no Recife e em Itamaracá havia padarias.¹³⁶ Para preparar o pão era fundamental a farinha, fosse de mandioca, trigo ou centeio. Logo após sua chegada, em 1643, Rasenberg tratou de vender o carregamento de farinha de trigo que trouxera consigo, alienando parte em um leilão público e parte para a WIC.¹³⁷ Além da farinha importada, havia a farinha de mandioca produzida localmente. Aliás, o fornecimento de farinha foi uma das atividades mais praticadas pelos portugueses, como em 15 de maio de 1635, quando Jacob Stachouwer, conselheiro político, recebeu 1200 florins para comprar farinha dos moradores.¹³⁸ Ou em 25 de janeiro de 1641, quando moradores da Paraíba receberiam pagamento pelo fornecimento de farinha, para dar somente dois exemplos, dentre muitos.¹³⁹ Em 31 de janeiro de 1642, o auxiliar de comissário (*commies*) de Igarauçu informa ao Alto Conselho, no Recife, que os judeus compraram toda a farinha da região para vender por um preço mais caro. Por isso, Duarte Saraiva e outros anciãos foram convocados e informados de que práticas monopolistas, na venda de farinha, não seriam aceitas e que isso poderia causar problemas para os judeus.¹⁴⁰ Seguindo o

134. DN, 29 de março de 1646 e 30 de março de 1646.

135. Bruno Romero Ferreira Miranda, *Gente de Guerra: origem, cotidiano e resistência dos soldados do exército da Companhia das Índias Ocidentais no Brasil (1630 – 1654)*. Recife: Editora UFPE, 2014, p. 150.

136. O comportamento dos padeiros era observado pelo governo da colônia. O mestre padeiro Hendrick Hilswich, no Recife, foi demitido de suas funções sem pagamento por se comportar mal devido a embriaguez, abandonando suas obrigações. DN, 24 de novembro de 1639. Outro mestre padeiro era Jan Jacobsen, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 130, 2-06-1643.

137. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 48, 16-06-1643. Ver também DN, 2 de junho de 1643. Para a relação daqueles que arremataram nesse leilão, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 130, 2-06-1643.

138. DN, 15 de maio de 1635.

139. DN, 23 de janeiro de 1641. Para ter uma dimensão do comércio de farinha, principalmente de mandioca, entre 1635 e 1644, há 2.966 entradas nas Atas Diárias, sendo que 327 tratam desse tema.

140. DN, 31 de janeiro de 1642.

costume da época, fornecer farinha tanto para as guarnições quanto para o governo era uma forma de pagar dívidas, como ficou resolvido pelo Conselho Político, em 17 de novembro de 1635, ou quando o português Gregório St. Martim, senhor de engenho em Itamaracá, forneceu carne e farinha para a guarnição da ilha, como forma de amortizar dívidas de Pieter Seulin.¹⁴¹

Além da padaria e do comércio de farinha, havia tanto no Recife como em outras localidades, o mercado de peixes, de carne fresca e verduras. No Recife, o mercado de peixe ficava fora da cidade, num local habitado por judeus e cristãos. Sobre a produção e o comércio de peixe, sabemos, por exemplo, que em 5 de dezembro de 1645, Hans van der Goes pediu para ocupar duas peixarias em Itamaracá e foi autorizado, mas não há menção sobre quem ocupava as mesmas anteriormente.¹⁴² Os manuscritos indicam que havia pescadores portugueses, como Antônio Gomes, que possuía uma peixaria no rio Jangada, sendo que em Serinhaém havia uma outra peixaria de portugueses.¹⁴³ Em 14 de novembro de 1648, esta peixaria foi atacada e destruída, pois vários pescadores forneciam peixes, a partir dali, para o exército português.¹⁴⁴ Sobre a produção de carne fresca, na carta geral de 7 de maio de 1640, o governo do Brasil informa aos Diretores XIX que os moradores sustentam ganhar mais com a produção de açúcar do que com o gado.¹⁴⁵ Também havia fornecedores de carne holandeses, como Lambert Clock, que forneceu carne para o governador geral, entre outros; James Makingh, que pagou suas dívidas fornecendo carne fresca para as guarnições ao redor do Recife.¹⁴⁶ Embora a documentação não esclareça quem participava de tais mercados, podemos, com um alto grau de certeza, inferir que os habitantes

141. DN, 17 de novembro de 1635 e DN, 10 de dezembro de 1644. Gregório St. Martim deveria ser fiador de Pieter Seulin. Sobre o abastecimento do exército, seja português seja neerlandês, ver Miranda, *Gente de Guerra*, pp. 143 - 151 e Cabral de Mello, *Olinda Restaurada*, pp. 221 - 256.

142. DN, 5 de dezembro de 1641.

143. DN, 24 de setembro de 1641.

144. DN, 14 de novembro de 1641. Havia também uma peixaria próxima do forte Margaretha, na Paraíba, mas não há menção sobre quem a ocupava. Para isso ver, DN, 3 de dezembro de 1644.

145. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 52, doc. 25, 7-05-1640

146. Para Lambert Clock, ver DN, 14 de fevereiro de 1637; para James Makingh, DN, 4 de fevereiro de 1645. Para o funcionamento da manufatura de carne, ver Koninklijk Huisarchief KHA-A4-1454-ff.250-251, 18 de fevereiro de 1639.

das cidades e aqueles que moravam fora delas, adquiriam seus alimentos nos mercados existentes.

Além dos comerciantes, outro ator importante no comércio diário era o governo da colônia, comprando de ou vendendo a particulares. O constante desabastecimento da Nova Holanda muitas vezes forçou o governo a recorrer aos comerciantes particulares para aquisição de todo tipo de produtos. De fato, em 14 de dezembro de 1635, o Alto Conselho comprou papel de comerciantes livres, pois não havia mais papel da Companhia, ou em 2 de junho de 1643, quando comprou farinha de trigo, toucinho e carne de Rasenberg.¹⁴⁷ A fim de tentar frear os efeitos deletérios do desabastecimento, desde os primórdios da ocupação havia incentivo dos Diretores XIX para a produção local, ao menos de alimentos, mas, em 1641, o governo da colônia conclui que, apesar do estímulo à produção de gengibre, tabaco, algodão e outros frutos, os moradores não se moviam por causa de grupos incendiários e do alto preço dos escravos.¹⁴⁸

Além de comprar de comerciantes particulares, a Companhia também vendia mercadorias diversas a eles, como fica claro na entrada de 2 de junho de 1643, quando o governo da colônia registra em suas Atas que os armazéns estavam quase vazios, principalmente devido à “venda dos víveres da Companhia para particulares”.¹⁴⁹ A fonte em questão não oferece detalhes se tais “particulares” seriam neerlandeses ou portugueses. Para ter uma dimensão do comércio da WIC no Recife, as seguintes mercadorias foram adquiridas: carne irlandesa, velas, linho, linho grosso, tecidos femininos e muitos outros.¹⁵⁰ Os produtos da terra também eram negociados pelo Conselho Político, como em 13 de abril de 1635, quando recebeu de um homem livre, Bartholomeus, 320 cocos e vendeu metade disso a Govert Lendertsen Clock.¹⁵¹ Antonio da Rocha Biserra comprou ferro de Biscaia por 27 florins a libra.¹⁵²

Ainda dentro do pequeno comércio, temos o que atualmente se denomina prestação de serviços. Em 1635, Lourenço Nunes foi onerado pelo governo

147. DN, 14 de dezembro de 1635. Este é apenas um dentro vários exemplos presentes nas Atas Diárias. Para a compra de Rasenberg, ver DN 2 de junho de 1643.

148. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 56, doc. 157, 31-05-1641.

149. DN, 2 de junho de 1643.

150. NL-HaNa_SG 1.01.02, inv. nr. 12564.5, doc. 2, [1636]. Nesse documento há uma listagem detalhada de diversas mercadorias adquiridas pela WIC no Recife, incluindo o preço pago por elas.

151. DN, 13 de abril de 1635.

152. DN, 12 de junho de 1637.

da colônia a tomar conta de um engenho e recebeu pagamento depois.¹⁵³ Os dados coletados indicam que os portugueses eram empregados, principalmente pela WIC, em todo tipo de atividade, embora repetidas vezes o governo tenha escrito que não eram confiáveis. Antonio Gomes Salgueiro tinha um serviço de travessia do rio Jangada, na época do rei da Espanha, e pediu para assim continuar, sendo seu pedido aceito.¹⁵⁴ Um fornecedor de produtos diversos, Mathias Gomes, recebeu pagamento pelo fornecimento de cal, em 7 de abril de 1637. Mais tarde, no início de 1641, Mathias Gomes e sua mãe Maria Pereira fecharam contrato para fornecimento de cal.¹⁵⁵ Outro serviço prestado era o de capitão do campo, ou seja, caçador de escravos fugidos. No início de 1637, Francisco Ramos foi escolhido pelos moradores da freguesia de Santa Luz para ser capitão do campo e, junto com seus soldados, todos portugueses, prestou o juramento de fidelidade.¹⁵⁶ Em 6 de janeiro de 1643, Salvador Gonsalves e seu negro receberam pagamento pelos serviços prestados.¹⁵⁷ Manuel de Barros, um dos supervisores dos negros, antes de ocupar tal cargo, serviu como soldado da WIC. Não há referência se seria africano.¹⁵⁸ Esses são apenas alguns exemplos, as Atas Diárias estão repletas de outros.¹⁵⁹ Em 1641, o Alto Conselho concluiu que não era praticável que os capitães de campo tivessem em suas companhias neerlandeses e portugueses, pois os primeiros não se sentiam seguros marchando pelos matos com os portugueses. Por isso, capitães do campo e suas companhias deveriam ser exclusivamente portugueses.¹⁶⁰

Apesar da desconfiança neerlandesa em relação aos portugueses, houve alguma aproximação para a realização tanto de pequeno comércio quanto

153. DN, 18 de outubro de 1635.

154. DN, 13 de novembro de 1636.

155. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 68, DN, 03-01-1641.

156. DN, 17 de fevereiro de 1637. Estão registrados nessa entrada os nomes dos 14 soldados desse grupamento.

157. DN, 30 de janeiro de 1643. Não há referência a quais foram os serviços.

158. DN, 3 de fevereiro de 1637.

159. Além dos exemplos acima, os portugueses também trabalhavam como feitor de engenhos neerlandeses (DN, 18 de outubro de 1635), capitão de navio (DN, 5 de janeiro de 1636), enrolador de pávio (DN, 12 de maio de 1637), secretário da balança (DN, 29 de maio de 1638); Gaspar Dias da Silva era fornecedor de pávio (DN, 30 de junho de 1641), Matheus de Sousa era carpinteiro (DN, 30 de junho de 1641), costureiro de roupa para os soldados (DN, 5 de agosto de 1649), para dar somente mais alguns exemplos.

160. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 56, doc. 157, 31-05-1641.

para a prestação de serviços. O mesmo aconteceu no grande comércio, normalmente como leilões públicos de mercadorias.

3.6.1 Leilões públicos

Os leilões aconteciam “na praça, dentro do Recife” segundo Rasenberg; antes de cada um, ouvia-se um rufar de tambores, provavelmente para anunciar o acontecimento aos interessados e havia a leitura das regras para os mesmos.¹⁶¹

Na coleção “Cartas e Papéis do Brasil”, existem algumas listagens de leilões. Uma análise revelou compradores tanto portugueses quanto neerlandeses, sendo que, do total dos comerciantes portugueses, Rasenberg menciona somente duas pessoas: Gabriel Castanho e Gaspar Francisco da Costa.¹⁶² Sobre esse último, Frei Manuel Calado explica que já estava em Pernambuco, antes de 1630, e após a chegada dos holandeses, declarou-se judeu.¹⁶³ Diferentes depoimentos ao Santo Ofício de Lisboa apresentam informações conflitantes sobre sua origem: para uns, era natural do Brasil, para outros, de Portugal; entretanto, todos concordam que até 1630 vivia no Brasil como bom cristão, tendo sido circuncidado depois de adulto e tinha um irmão na Holanda.¹⁶⁴ Em 22 de fevereiro de 1641, os judeus protestaram perante o Alto Conselho, pois o escolteto Paulo Antonio Daems queria expulsar Gaspar Francisco da Costa, por este ter se submetido à circuncisão.¹⁶⁵ As Atas Diárias do Alto e Secreto Conselho do Brasil revelam que sua carta de negócios era variada; atuava como arrendatário dos dízimos do açúcar, na Paraíba, contratador de pau-brasil e fornecedor de crédito a particulares e à WIC.¹⁶⁶ Já Gabriel Castanho

161. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 130, 2-06-1643 e DN, 2 de fevereiro de 1636. Para as regras desse leilão em questão, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 129, 2-06-1643. Para as regras de um outro leilão ocorrido também em 1643, ver NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 175, 22-12-1643.

162. As seguintes listagens foram analisadas: NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 53, doc. 100, 25-06-1638; doc. 101, 7-07-1638; doc. 102, 14-06-1638; doc. 103, 14-07-1638 e doc. 104, 8-07-1638. Foram identificados no total 77 nomes.

163. Frei Manuel Calado. *O Valeroso Lucideno*. Belo Horizonte: Itatiaia, 1987, p. 101. Não se localizaram outras referências sobre sua vida antes de 1630.

164. José Antônio Gonsalves de Mello, *Gente da Nação Cristãos-novos e judeus em Pernambuco 1542 – 1654*. Editora Massangana/Fundação Joaquim Nabuco: Recife, 1996, pp. 428 – 429.

165. DN, 22 de fevereiro de 1641. O processo foi suspenso. Não se localizou processo semelhante na documentação.

166. DN, 12 de novembro de 1638, 22 de janeiro de 1641, 12 de fevereiro de 1643.

era natural de Portugal, mas chegou ao Brasil vindo das Províncias Unidas. Os manuscritos indicam que, em 1638, encontrava-se em Amsterdam, onde recebeu procuração para cobrar dívidas em nome de Jehuda Touro e Jacob Barzilay.¹⁶⁷

Havia também leilões de carregamentos confiscados, como em 23 de janeiro de 1648, quando foi vendido o carregamento capturado por Lucas Pol, capitão do iate *Den Arent*. Às vezes, mercadorias da WIC e também mercadorias de particulares eram confiscadas, como em 4 de dezembro de 1642, quando um carregamento de bacalhau do navio *De Liefde* foi vendido publicamente, ou como o fez Rasenberg, tão logo chegou, vendendo publicamente o carregamento de farinha que levava consigo.¹⁶⁸ Eram também vendidos publicamente os pertences de falecidos. Um exemplo, dentre muitos, foi a venda dos bens de Matheus Vos, em 18 de dezembro de 1642.¹⁶⁹

O arrendamento de impostos também era realizado publicamente, mas na forma de licitação e não de leilão, seguindo os costumes tanto das Províncias Unidas como de Portugal.¹⁷⁰ Geralmente, tanto para a Coroa Portuguesa quanto para os Estados Gerais, o arrendamento da cobrança de alguns impostos visava evitar a contratação de funcionários civis para tal tarefa, bem como evitar os custos que tal cobrança implicava.¹⁷¹ Por outro lado, o “estado”

167. José Antônio Gonsalves de Mello, *Gente da Nação*, pp. 428 – 429.

168. Para a venda do carregamento de Lucas Pol, DN, 23 de janeiro de 1648; para o leilão de bacalhau, NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 328, 4-12-1642. Esse documento é pequeno e menciona os seguintes compradores: Daniel Cardoso, a própria WIC, Jean Engremont, Abraham de Vries, Gaspar van Heusden, Joost van Bullestrate e Abraham Aboaff entre outros. Para o carregamento de Rasenberg, NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 58, doc. 48, 16-06-1643.

169. DN, 18 de dezembro de 1642. Os bens eram vendidos e o resultado utilizado para pagar dívidas caso houvesse, e o que sobrasse encaminhado aos herdeiros.

170. DN, 7 de agosto de 1637 e de 1 de setembro de 1637 são apenas dois exemplos. Sobre o arrendamento de impostos nas Províncias Unidas, ver: Marjolein 't Hart, Joost Jonker e Jan Luiten van Zanden (eds.), *A financial history of The Netherlands*. Cambridge: Cambridge University Press, 2010, pp. 22 – 29; Jan de Vries e Ad van der Woude, *Nederland 1500 – 1815 De eerste ronde van moderne economische groei*. Balans: Amsterdam, 2005, p. 131. Para Portugal, António Manuel Hespanha, *As Vésperas do Leviathan Instituições e poder político Portugal — Séc. XVII*. Coimbra: Livraria Almedina, 1994, pp. 127 e 128, *idem*, “A Fazenda”. In: José Mattoso (dir.), *História de Portugal O Antigo Regime (1620 - 1807)*. Editorial Estampa: Lisboa, 1992, vol. IV, pp. 203 – 239 e Leonor Freire Costa, Pedro Lains e Susana Münch Miranda, *História Económica de Portugal 1143 – 2010*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2012, pp. 126 – 132.

171. A. M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 127 e Marjolein 't Hart et al, *A financial*

ficava privado do controle direto sobre a cobrança de impostos e sofria grande perda caso o arrendatário ou arrendatários falissem.¹⁷² Já para o arrendatário, havia vantagens materiais e simbólicas. O valor do contrato era fixo, logo, tudo o que fosse arrecadado, além do valor contratual, pertencia ao arrendatário. Do ponto de vista simbólico, cobrar impostos era “um dos elementos mais marcantes do exercício do poder. Simplesmente quem aparecia investido dessas funções não era um funcionário da coroa, mas um agente indirecto desta, alguém a quem esta delegara, a quem entregara, o poder tributário” ou seja, o cobrador de impostos ganha um status de autoridade.¹⁷³

Hermann Wätjen é quem oferece a melhor descrição dos impostos arrendados a Nova Holanda, a saber:

1. Dízimo de lavoura e criação de gado;
2. Dízimo do açúcar;
3. Imposto sobre engenhos de açúcar;
4. Sisa sobre vinho, cerveja e aguardente;
5. Imposto de matança;
6. Imposto de balança;
7. Peagem;
8. Barcagem;
9. Direitos de pesca.¹⁷⁴

E como transcorriam essas licitações públicas? Na data marcada, indivíduos apresentavam suas ofertas e a que melhor atendesse aos interesses do governo do Recife era aceita. Na Nova Holanda, algumas vezes esses leilões aconteciam em frente à residência oficial de um dos membros do Conselho Político, geralmente a residência do Presidente do Conselho, como em 21 de agosto de 1636.¹⁷⁵ Em 30 de julho de 1636, Moses Navarro, judeu português, arrendou os impostos sobre víveres molhados, sendo um de seus fiadores Christoffel Eijerschettel.¹⁷⁶ João Fernandes Vieira arrendou o imposto das pensões para o período de 1638 – 1639, na Capitania de Pernambuco.¹⁷⁷ Posteriormente,

history, p. 28.

172. Marjolein 't Hart et al, *A financial history*, p. 28.

173. A.M. Hespanha, *As Vésperas do Leviathan*, p. 128. Embora o trabalho de Hespanha seja sobre Portugal, a mesma conclusão sobre o arrendamento de impostos se aplica às Províncias Unidas.

174. H. Wätjen, *O domínio colonial holandês*, pp. 318 – 319.

175. DN, 16 de agosto de 1636.

176. DN, 30 de julho de 1636.

177. NL-HaNa_OWIC 1.05.01.01, inv. nr. 53, doc. 169, [1638]. Sobre o imposto “pensão”

arrendaria a balsa do rio Capibaribe e os impostos do açúcar.¹⁷⁸ Vale a pena destacar que esses contratos eram anuais. Se, para o arrendatário, havia possibilidades de ganhos, as perdas também eram, teoricamente, de sua responsabilidade. Na Nova Holanda, foi costume dos arrendatários pedir diminuição ou até mesmo cancelamento de seus contratos, quando a situação não lhes era favorável. Em 1638, Moses Navarro, arrendatário das dízimas da garapa, pediu para diminuir o valor de seu contrato, devido aos prejuízos sofridos com a queima de canaviais.¹⁷⁹ Anos mais tarde, para ser desobrigado de seus contratos, pois não havia sinal algum de que os engenhos fossem produzir alguma coisa, e também porque não lhe era possível chegar aos engenhos, já que os matos estavam cheios de inimigos.¹⁸⁰

3.7 Conclusão

A cooperação econômica entre neerlandeses e portugueses datava de muito antes de 1630, e certamente não cessou após 1654. Antes de 1630, portugueses gozavam de privilégios nas Províncias Unidas e Neerlandeses em Portugal. Após 1630, essa cooperação tornou-se mais intensa no Brasil Holandês.

A análise da documentação do comerciante de Middelburg, Johan van Rasenberg, revelou sua experiência de trocas materiais na colônia. Johan van Rasenberg foi mais um comerciante neerlandês que fora tentar a sua sorte na Nova Holanda, cuja experiência teria se perdido dos anais da História, não fosse sua correspondência com seu empregador ter chegado até os dias de hoje. Através dessa documentação foi possível identificar a sua atitude com relação a trocas materiais na colônia. Esse comerciante cooperava e competia principalmente com neerlandeses, em menor número e frequência com portugueses. Sempre que necessário, formou alianças com ambas as nacionalidades, embora o seu relacionamento com portugueses fosse indireto, através de mediadores neerlandeses. Rasenberg entendeu que, sem os portugueses, a economia do Brasil Neerlandês não seria viável, e

ver Frédéric Mauro, *Portugal, o Brasil e o Atlântico 1570 - 1670*. Editorial Estampa: Lisboa, 1997, pp. 302 – 303.

178. DN, 17 de janeiro de 1641. Embora a balsa não seja imposto, menciona-se para dar a dimensão dos negócios de João Fernandes Vieira com os holandeses. Para os impostos do açúcar, ver DN, 22 de janeiro de 1641. Nesse caso, Vieira era arrendatário, além de Duarte Saraiva e Gaspar Franciso da Costa, ambos judeus.

179. DN, 28 de julho de 1638.

180. DN, 1 de setembro de 1645.

embora não fossem confiáveis, tinha-se que fazer negócios com eles. O mais surpreendente, em suas cartas, é que não trata os portugueses em termos de religião; considera-os falsos por não pagarem suas dívidas. De fato, Rasenberg fora fornecedor de crédito e vendedor, participando ativamente em leilões públicos de vendas de mercadorias. Não comprou escravos, mas participava como espectador de leilões de escravos. Não há referência em suas cartas ao pau-brasil. Relacionava-se com pessoas influentes na colônia.

A atitude de Rasenberg não é exclusiva dele. Ao contrário, ela reflete a atitude tanto de portugueses quanto de neerlandeses, ou seja, para conduzir seus negócios num ambiente multicultural, todos precisavam se relacionar com pessoas de nacionalidades e religiões diferente, muitas vezes acomodando essas diferenças, para melhor sobreviver na colônia. Revelam também que, apesar das dificuldades financeiras da Nova Holanda, tais como destruição durante a guerra, falta de numerário e de crédito, os colonistas neerlandeses e portugueses mantiveram seus negócios funcionando, vendendo e comprando mercadorias diversas, açúcar, pau-brasil e escravos. Sempre que possível, havia compra e venda de crédito. Não se localizou no documento de Rasenberg nem na documentação como um todo, exemplos de que tais transações tenham sido freadas ou impedidas devido à problemas de religião e nacionalidade.